

3 Editorial

Política profissional: uma construção coletiva!

4 Gestão

Faça parte desta rede

6 Política de Participação

Onze regiões mobilizadas na primeira rodada de reuniões da Política de Participação e Colaboração de 2015

8 Crepop

Pesquisa sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos

9 Políticas Públicas

Vem aí: 15ª Conferência Nacional de Saúde Eixo Saúde - 18 de maio - Dia da Luta Antimanicomial

Atenção Psicossocial: debate necessário e urgente

Eixo Assistência Social: Participações nos Seminários do CRAS | Representações no controle social

CRP-12 e FECAM fecham parcerias

Eixo Organizacional e do Trabalho - Evento debaterá atualidade do mundo do trabalho

Psicologia e Justiça - Publicação aborda a prática profissional das(os) psicólogas(os) no SUAS | Vamos dizer não à redução da idade penal

14 Direitos Humanos

Seminário Clínicas do Testemunho: reparação psíquica e construção de memórias | Entidades se reúnem em torno do combate à tortura em Santa Catarina | Seminário Por uma Santa Catarina Sem Tortura

Entrevista: Juiz Corregedor do TJ-SC Alexandre Takaschima

16 Atuação Profissional

COF - Garantia das Condições de Trabalho e da Autonomia Profissional | Fiscalização em órgãos públicos

COE - Para debater a profissão nas IES

CATE - GT de Especialidades debateu estratégias para a defesa da especialização profissional

APAF - Encaminhamentos da Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças

19 Orientação

Condições para exercício profissional nas políticas públicas | Principais desafios nas situações de trabalho de psicólogos na saúde e na assistência social

20 Relações Interinstitucionais

Democratização da Comunicação: o que a Psicologia tem a ver com isso? | Proposta para Oficina de Sensibilização | Psicologia presente | "Perspectivas para a Democratização da Comunicação no Brasil"

Parcerias com SinPsi-SC em prol dos profissionais | 30 horas Psicologia - Uma luta que não acabou

GTCP - Saiba mais sobre o GT Interinstitucional de Concursos Públicos

22 Entrevista

Medicalização e Violência na Educação
Opiniões sobre medicalização e violência na educação

24 Saúde Suplementar

Grupo de Trabalho sobre a prática da Psicologia na Saúde Suplementar no campo da saúde

Dia do Psicólogo

Um convite para a mobilização no nosso Dia em Santa Catarina

25 O assunto é...

Escuta de crianças e adolescentes no contexto da Justiça | Mesa Temática "A relação da Psicologia com a escuta de crianças no sistema de Justiça"

26 Cidadania

Não ao capital estrangeiro no SUS | Confira as Conferências Nacionais que ocorrerão em 2015

27 Formação

II Encontro Catarinense de Ensino de Psicologia | Encontro Nacional da ABEP: A formação da Psicologia no Brasil | Formaturas

28 Identidade profissional

Entregas de Carteiras de Identidade Profissional são realizadas em todas as regiões do estado

29 Transparência

CRPs prestam esclarecimentos sobre as eleições no Sistema Conselhos de Psicologia
Concurso Público | Fique em dia com a sua anuidade | Novos espaços físicos para a Psicologia | Ações da Comissão de Auditoria e Controle Interno

31 Agenda 2015**Expediente****Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina - 12ª Região - CRP-12**

Sede: Rua Professor Bayer Filho, 110, Coqueiros, Florianópolis, SC - CEP: 88080-300 Fone/fax: (48) 3244-4826

Escritório Setorial Oeste: Ed. Lazio Executivo, Av. Porto Alegre, 427-D, Sala 802, Centro, Chapecó, SC - CEP: 89.802-130 - Fone: (49) 3304-0388 / Fax: (49) 3304-0389

www.crp12.org.br

www.facebook.com/crp12sc

ISSN 2319-085X

Envie sua participação, sugestão, crítica ou comentário para comunicacao@crp12.org.br

Conselho Editorial: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Juliane Cristine Koerber Reis e Inea Giovana da Silva Arioli

Jornalista: Sandra Werle (SC 0515 - JP)

Produção: Letra Editorial

Impressão: Gráfica Meta

Tiragem: 10.000 exemplares

**DIRETORIA****Conselheira**

Presidenta: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues

Conselheira Vice-Presidenta: Ana Maria Pereira Lopes

Conselheiro Tesoureiro: Fabricio Antonio Raupp

Conselheira Secretária: Tatiane Cristine da Silva

VIII PLENÁRIO**Conselheiras(os) Efetivas(os)**

Ana Maria Pereira Lopes
CRP-12/01423

Anderson Luis Schuck
CRP-12/10082

Fabricio Antonio Raupp
CRP-12/08012

Inea Giovana da Silva Arioli
CRP-12/01269

Jaira Terezinha da Silva Rodrigues
CRP-12/01706

Maribel Batista Sebastião
CRP-12/08030

Simone Vieira de Souza
CRP-12/01489

Tatiane Cristine da Silva
CRP-12/08607

Yara Maria Moreira de Faria Hornke
CRP-12/08685

Conselheiras(os) Suplentes

Aline Batista Bernardes
CRP-12/06683

Geny Beckert
CRP-12/02454

Giuliana de R. C. de Leandro Remor
CRP-12/05268

Igor Schutz dos Santos
CRP-12/07736

Joice Danusa Justo
CRP-12/07017

Juliana Lima Medeiros
CRP-12/08651

Juliane Cristine Koerber Reis
CRP-12/00469

Junior Cesar Goulart
CRP-12/11136

Política profissional: uma construção coletiva!

Iniciamos o segundo ano de gestão com a avaliação institucional e um bom planejamento das ações a serem desenvolvidas em 2015, tendo como referência o Planejamento Estratégico de Gestão, elaborado a partir da Plataforma de Campanha e propostas do VIII COREP e CNP. Muito foi feito e as perspectivas para este novo ano são de muitas realizações, considerando que é o meio da gestão, onde ações iniciadas precisam ser consolidadas. Vamos dar início a outras ações planejadas, indispensáveis para a Psicologia Catarinense. Para o tamanho do Projeto que desejamos, faltam braços e pernas, por isso convidamos você, psicóloga e psicólogo, a juntar-se a nós nessa importante tarefa.

Na Editoria Gestão desta edição, você pode identificar a rede de relações institucionais que temos mobilizado e as principais ações previstas para 2015. Nesta Rede temos um lugar para você participar e contribuir. Identifique-o e se apresente para o trabalho. Somos mais de dez mil profissionais em Santa Catarina e a Psicologia Brasileira soma o maior contingente de psicólogas(os) do mundo. Somos muitas(os) e somos fortes, mas precisamos estar organizados como categoria profissional para vencer os desafios que nos são apresentados.

Muitas foram as estratégias pensadas para ampliar a participação da categoria: campanha institucional; transmissão online de eventos; mapeamento dos profissionais, investimento na comunicação, parcerias interinstitucionais, grupos temáticos e a POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO E COLABORAÇÃO, que inicia este ano com 11 grupos reunidos em diferentes pontos do Estado e possui novo formato. Confira as novidades e participe!

Contamos nesta edição que o CREPOP volta à ativa, com pesquisa sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos. Em relação às Políticas Públicas, no Eixo Saúde, contamos as articulações junto à rede de Atenção Psicossocial e a ação integrada junto às IES e instituições parceiras para 18 de maio, Dia da Luta Antimanicomial. Temos ainda a mobilização para

o CRP-12 e a Psicologia se fazerem presentes na Conferência de Saúde, e o calendário está definido. Na Assistência Social, leia sobre o Seminário do CRAS e as notícias sobre nossa participação em diferentes espaços de Controle Social.

Já no Eixo Psicologia e Justiça e Eixo Psicologia Organizacional e do Trabalho, o destaque vai para o relato/programação dos Grupos Temáticos realizados nos meses de abril e maio.

No campo dos Direitos Humanos, além do importante debate realizado no Seminário Clínica do Testemunho, realizado dias 10 e 11 de abril, em parceria com a Clínica Sigmund Freud e Coletivo Comissão da Verdade, discutiremos sobre as articulações com os três Poderes e movimentos sociais para a implantação do Comitê e mecanismo de Combate à Tortura em SC.

Na editoria Atuação Profissional, a Comissão de Orientação e Fiscalização aborda várias ações em andamento, como a parceria firmada com UNIVALI para pesquisa sobre o tema. A Comissão de Orientação e Ética apresenta as Oficinas de Ética agendadas. Na Comissão de Avaliação e Título de Especialista, informamos sobre o GT Especialidade em Psicologia e pesquisa de impacto que está sendo realizada em parceria com Núcleos Formadores.

Na Editoria Orientação, esclarecemos sobre as condições necessárias para o exercício profissional da Psicologia nas políticas públicas.

Já em Relações Institucionais o destaque é dado à parceria com entidades que compõem o Comitê pela Democratização da Comunicação – CDC/SC e a realização de ações conjuntas frente a importantes demandas desta luta e a parceria com o SinPsi-SC, na luta pelas 30 horas e outras lutas da classe.

Na Editoria Entrevista, o tema é “Medicalização e Violência na Educação”. Em “O assunto é”, a pauta é a “Escuta de Crianças e Adolescentes” tema também abordado no grupo temático do Eixo Psicologia na relação com a Justiça.

Criamos ainda o GT Interinstitucional Saúde Suplementar, contando com a contribuição das psicólogas(os)



que atuam com a Clínica privada para nos apresentar as principais demandas e dificuldades junto aos convênios e planos de saúde. Entre em contato pelo site www.crp-sc.org.br, no campo “Fale Conosco”.

Em Cidadania, discutiremos sobre o Capital estrangeiro do SUS e o Projeto Participação Social, temas inter-relacionados e que fundamentam a importância do exercício da cidadania por meio de nossa participação.

A Formação fica a cargo da parceria estabelecida com a ABEP e FURB/ Blumenau, na realização do II Encontro Ensino de Psicologia em 16 de maio. Divulgamos ainda, o X Encontro Nacional da ABEP - A Formação da Psicologia no Brasil, que será realizado de 4 a 6 de setembro de 2015, na UNIP, em São Paulo.

Na Editoria Transparência, apresentamos dados sobre o Concurso Público do CRP-12 e informes da Comissão de Auditoria e Controle Interno. O manifesto “*Transparência para informar. Informação para decidir*”, que presta esclarecimentos sobre as eleições no Sistema Conselhos de Psicologia está publicado na íntegra.

Por fim, o encarte que segue com esta **Psicologia em Movimento** traz informações sobre o II Congresso Catarinense Ciência e Profissão, que será em novembro de 2015, numa realização conjunta do CRP-12 com o FEPSIC e a UFSC.

Política profissional: uma construção coletiva! Vamos planejar nossas ações para construir coletivamente a história da Psicologia catarinense.

Esta quarta edição da Revista Psicologia em Movimento mostra este esforço do VIII Plenário do CRP-12. Queremos a parceria de sua entidade e a participação das psicólogas e psicólogos catarinenses.

Ações com
Psicólogos e
ProfissãoPolítica de Participação
e Colaboração

Polos regionais

- Florianópolis
- Joinville
- Criciúma
- Rio do Sul
- Orleans
- Chapecó
- Lages
- Blumenau
- Itajaí
- Caçador
- Balneário Camboriú

Faça
desta

Psicologia
Participativa
é Movimento

Política de
participação e colaboração

- Psicologia dos esportes
- Mobilidade urbana
- Psicoterapia
- Saúde
- Assistência Social
- Educação
- Psic. Organizacional e do Trabalho
- Psicologia na relação com a Justiça

- ABEP/SC
- SINPSI/SC
- ULAPSI*
- FECAN
- Órgão de Controle Social
- FEPSIC
- IES
- Movimentos Sociais
- CDC/SC

- Sindicato dos Jornalistas SC
- SINASEFE
- FECESC
- Curso Jornalismo da UFSC
- Alquimidia
- Sinpsi-SC
- TV Floripa
- Sindicato Judiciário
- Síndica dos Comerciantes de SJ
- Abraço

Psicologia e o
Transborde da
Justiça

- Qual é o tamanho do transbordo?
- Sinpsi-SC
- Fetsuas
- Polícia Civil
- Cress

Pesquisa
Univali
ItajaíAbril
Inspeção Nacional
no Sistema JudiciárioGrupos
Temáticos9 julho
Os desafios do Psicólogo
Catarinense frente à
complexidade do mundo
do trabalho e das
organizações na sociedade
contemporânea29 abril
A relação da Psicologia
com a escuta de crianças
no sistema de Justiça

- CES
- CONEM
- CEAS
- FETSUAS
- FEE
- Comissão da Verdade
- FEPAS
- FET
- FOCAP
- FOCAP

- Legislativo
- Executivo
- Judiciário

- Outubro
- III Congresso Iberoamericano - Assédio Moral no Trabalho
- Fórum Saúde e Segurança do Trabalhador SC
- UFSC

- Outubro
- IV Seminário Catarinense de Prevenção ao Assédio Moral no Trabalho
- Fórum Saúde e Segurança do Trabalhador SC
- UFSC

- 22 maio
- Debate Perspectivas para a Democratização da Comunicação no Brasil, com Celso Schröder

- 18 e 19 junho
- Seminário Licenciatura em Psicologia - Perspectivas de atuação
- UFSC - ABEP

- GT desinstitucionalização
- Sub Comissão de Atenção Psicossocial
- Comissão Assistência Social da OAB
- COMESC

- Oficinas de Ética
- Participação em Coleção de Grau
- Participação Semanas Acadêmicas
- Entrega CIPs - Carteiras Profissionais

- 11 a 13 novembro
- II Congresso Catarinense Psicologia Ciência e Prossisão

- ABEP-SC
- FORMAPSI
- ABRAPSO-SC
- Instituto Granzotto
- ACATEF
- Marilúcia
- ATC
- Instituto Junguiano
- Sinpsi-SC
- Soc. de Psicologia de Criciúma
- Locus
- APSIC - Caçador
- Familiare
- APAVI

gia com
ação
mento

- Saúde
- Educação
- Trabalho - POT
- Assistência Social
- Psicologia Esportes
- Segurança Pública
- Mobilidade Urbana
- Psicologia Clínica

GT Saúde Suplementar

- Instituto Granzotto
- Singsi-SC
- Familiare

Ações com a Sociedade

29 abril
Seminário Por Uma
Santa Catarina Sem Tortura
- TJ-SC
- OAB-SC
- CDH-ALESC
- OPE-SC

GT Concurso Público
- FECAN
- Formapsi
- Singsi-SC

CREPOP:
- Pesquisas povos
tradicionais e quilombolas
- Direitos sexuais e
reprodutivos

25 junho
Formação Após a
Graduação: profissional
ou acadêmica?

16 de Maio
II Encontro Catarinense
de Ensino de Psicologia
- FURB
- ABEP-SC

10 e 11 abril
Seminário Clínicas
do Testemunho:
Reparação Psíquica e
Construção de Memórias

Articulação Comitê
de Combate à Tortura

Mobilização
Dia do Psicólogo

Projeto Participação
Social

Projeto
Mídia Democrática
- Programa de rádio

18 de maio
Dia Nacional da Luta
Antimanicomial
- Ação com IES e categoria

CDH e Movimentos
Sociais

- Oficina de sensibilização
- Educação para a mídia por
marco regulatório campanha
'Mídia Democrática'
- Abaixo assinados eletrônicos
sobre comportamento de mídia
- Representação no FNDC

Criação do Setor de
Comunicação

Reunião Mensal com
colaboradores

Contratação Gerente
técnico

Reformulação Site e
novos programas

Aquisição de mobiliário
e equipamentos

EIXO III

Ações de
Organização
da
Gestão

Concurso Público

Qualificação dos
Conselheiros

Qualificação de
colaboradores

Campanha atualize
seu cadastro

Campanha fique legal

Reforma da Sede

Escritório Setorial
Chapecó

Política transparência

Psicologia com Participação é Movimento



Todas as psicólogas e todos os psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina são convidados a participar do projeto desenvolvido pelo VIII Plenário, que é a Política de Participação e Colaboração. O objetivo do projeto é construir, por meio de uma política de base estadualizada, uma rede de profissionais colaboradores para debater e operacionalizar as políticas e ações do Sistema Conselhos de Psicologia. Serão organizados pólos de articulação da profissão, em locais estratégicos (concentração de psicólogos, recebimento de demandas, articulações políticas desenvolvidas etc.). A partir desses primeiros pólos perspectiva-se o desenvolvimento de outros pólos na medida das possibilidades de administração do trabalho e finanças do CRP.

Sendo uma política da gestão a organização de escritórios setoriais, já que sub-sedes não são possíveis tendo em vista a quantidade de psicólogas(os) nas regiões, o trabalho dos pólos também servirá de base para o estabelecimento de políticas vindouras de escritórios setoriais.

As(os) participantes terão a oportunidade de se qualificar política e tecnicamente para atuar no controle social (conferências, conselhos, entidade civil organizada) e na po-

lítica profissional (associações, formação, gestão e sindicatos) e na multiplicação dos debates e ações realizadas (com outros profissionais, instituições e sociedade civil).

Os grupos formados serão compostos por dois tipos de participantes:

Psicólogo Articulador: Com representatividade na região, ligado à gestão do CRP-12, podendo ser conselheiro ou não, com idoneidade ética e profissional. Este psicólogo, participará de qualificação, a fim de executar o projeto de articulação. A atribuição do psicólogo articulador é a de mobilizar, organizar e coordenar grupos de psicólogos em seu polo e servir de elo entre o CRP e sua região.

Psicólogo Participante: Todo Psicólogo inscrito no CRP-12, e com desejo de participar dos grupos de participação política, e de grupo por área de interesse. A atribuição do psicólogo participante, para além de participação, é a de problematização das ações do CRP, fazendo sugestões e socializando as discussões realizadas junto aos seus pares.

Fases de desenvolvimento

No início de 2014, na primeira parte de desenvolvimento do projeto, foram realizadas reuniões

regionais na Grande Florianópolis (março), Vale do Itajaí e Litoral (março), Região Norte (abril), Região Sul (abril), Região Serrana (maio), Região de Blumenau (maio) e Região Oeste (junho). No mês de julho uma nova experiência se revelou muito positiva, com a realização de reunião conjunta em transmissão online originada de oito diferentes cidades do estado. As reuniões foram realizadas em Florianópolis, Blumenau, Caçador, Criciúma, Itajaí, Joinville e Lages, com a palestra "Identidade Profissional: o constituir-se Psicólogo".

Em dezembro, outra palestra realizada em Florianópolis e ministrada pelo Prof. Dr. Marcus Vinicius de Oliveira, da UFBA, foi transmitida para as cidades de Caçador, Chapecó, Lages, Blumenau, Itajaí, Joinville, Criciúma e Balneário Camboriú, com a participação online a partir destes locais também.

Em 2015, o projeto entrou na segunda parte de desenvolvimento: tendo como referência um calendário e formato de reunião padrão, cada grupo já formado terá autogestão na organização da pauta e autogestão do grupo, podendo o Articulador coordenar o grupo de forma colegiada. Bimestralmente será realizada no CRP-12 reunião com Articuladores para qualificação e preparação do próximo encontro, conforme calendário da página ao lado.

POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO E COLABORAÇÃO

Durante o ano de 2015, estão marcadas reuniões simultâneas em diversas cidades de Santa Catarina.

Acompanhe as datas e veja no site do CRP-12: www.crp12.org.br onde serão realizadas as reuniões da sua região.

Serão rodas de conversa com temas escolhidos pelos participantes.

**Participe,
sua colaboração
é valiosa!
Será na sua
região.**

CALENDÁRIO DE REUNIÕES EM 2015

Reuniões Regionais

29 de abril
19 de junho
27 de agosto
23 de outubro
4 de dezembro

Reuniões de Articuladores em Florianópolis:

20 de março
22 de maio
17 de julho
18 de setembro
20 de novembro

Rodada da Política de Participação e Colaboração no dia 29 de abril de 2015



Florianópolis



Caçador



Itajaí



Joinville

Onze regiões mobilizadas na primeira rodada de reuniões da Política de Participação e Colaboração de 2015

No dia 29 de abril de 2015 foi realizada a primeira das cinco rodadas da Política de Participação e Colaboração previstas para 2015. As reuniões simultâneas nesta primeira data ocorreram na sede do CRP-12, em Florianópolis; no auditório da Câmara Municipal, em Lages; no escritório setorial do CRP-12, em Chapecó; na Unibave, em Orleans; na Esucri, em Criciúma; na Avantis, em Balneário Camboriú; na Univali, em Itajaí; na CDH de Joinville; na Ibes Sociesc, em Blumenau; na Uniarp, em Caçador; e na Unidavi, em Rio do Sul.

Os temas foram diversificados, escolhidos pelos profissionais em cada região, de acordo com o interesse local. De acordo com a presidente do CRP-12, Jaira Rodrigues, é fundamental envolver as(os) psicólogas(os) nos debates e articular ações regionais e também estaduais, incentivando assim o movimento da profissão em torno dos temas de seu interesse direto e também os grandes temas sociais em que a Psicologia tem grande contribuição a dar.

Pesquisa sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos

O Sistema Conselhos de Psicologia tem realizado pesquisas multicêntricas por meio do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). O intuito é construir documentos que sirvam tanto de referências sobre a prática das(os) psicólogas(os) em políticas públicas, como para auxiliar na qualidade desta atuação.

Nesse ano o CREPOP lançará uma pesquisa nacional voltada à produção de Referência Técnica sobre a Atuação de Psicólogas e Psicólogos em Políticas Públicas, relacionada aos Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Como evento preparatório, nos dias 13 e 14 de março, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) recebeu as(os) Conselheiras(os) e Técnicas(os) do CREPOP dos Conselhos Regionais de Psicologia para o Seminário: Perspectivas dos Direitos Sexuais e Reprodutivos no Brasil a partir de Políticas Públicas. O CRP-12 esteve representado pela conselheira Presidente Jaira Rodrigues e pela gerente técnica Maria Esther S. Baibich, que participaram ativamente das atividades e dos debates.

A Conferência de abertura sobre "Psicologia e Políticas em Direitos Sexuais e Reprodutivos" foi proferida pela convidada Stella Mata Machado, analista de Políticas Sociais

da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), do governo federal.

Na sequência ocorreram as mesas redondas "Multiplicidade de olhares da sociedade diante dos Direitos Sexuais e Reprodutivos" e "Pesquisa em Psicologia e Políticas Públicas", onde foram apresentados estudos de psicólogos pesquisadores sobre diversos aspectos ligados à temática maior, como o aborto legal; gênero e diversidade sexual; violências sexuais; direitos sexuais e reprodutivos do homem; e também uma análise da própria metodologia que vem sendo utilizada pelo CREPOP nas pesquisas. As mesas tiveram o propósito de oferecer subsídios para nortear o delineamento do enfoque da pesquisa e a aplicação da mesma. Deliberou-se que as referências continuarão a ser construídas nacional e coletivamente junto aos profissionais, por meio de reuniões presenciais e questionário online.

A novidade é que esta pesquisa contará com uma fase exploratória, chamada de 1º Ciclo, em que será feito inicialmente o levantamento das(os) psicólogas(os) e dos serviços em que atuam, em todos os municípios do território nacional, para somente depois o recorte da pesquisa ser definido, ou seja, a partir da realidade de suas práticas e ações inovadoras.

Para saber mais

"Fala-se conjuntamente em direitos sexuais e direitos reprodutivos porque o livre exercício da sexualidade e da reprodução está contemplado nos direitos humanos relacionados com a autodeterminação, a liberdade, a autonomia individual, a privacidade e a intimidade, que são dimensões fundamentais da cidadania e da vida democrática." (*Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero/ANIS (Org.). Aspectos éticos do atendimento ao aborto legal: perguntas e respostas. Brasília: Letras Livres, 2012, p. 12*)

Segundo o ANIS (2012, p.12), alguns desses direitos fundamentados em documentos e consensos internacionais e nacionais, são "a decisão, de homens e mulheres, se querem (ou não) ter filhos, o número de filhos que desejam ter e em que momento de suas vidas, de forma autônoma, sem discriminação, violência ou coerção. Acesso a informações, métodos, meios e técnicas conceptivas (para ter filhos) e contraceptivas (para não tê-los). Exercício e expressão da sexualidade, de forma livre, sem discriminações. Escolha de ter ou não relações sexuais e de expressar livremente sua orientação sexual, o direito à relação sexual independente da reprodução e o direito ao sexo seguro, com o objetivo de prevenir gravidez indesejada e/ou doenças como DST/HIV/AIDS".

Participe da pesquisa - Gostaríamos de contar com a colaboração das(os) psicólogas(os) que atuam diretamente com o tema ou têm conhecimento em seu município de colegas que atuam em algum serviço público no âmbito do SUS, SUAS, Educação, Justiça, ou outro, relacionado aos direitos sexuais e reprodutivos. A participação pode ser informando sobre quais são essas ações, serviços, programas ou políticas existentes em seu município ou no estado, bem como os seus dados, como nome, local de trabalho, telefones para contato, e-mail destas(es) psicóloga(o)s vinculadas(os) a estes, seja por convênio, contrato/prestação de serviço ou concurso público.

Mais uma vez, contamos com a mobilização e a ajuda de nossa categoria para continuarmos construindo uma Psicologia cada vez mais envolvida com as questões coletivas atuais e emergentes, e os desafios colocados nesta nossa sociedade contemporânea!

As informações devem ser enviadas para o e-mail crepop@crpsc.org.br



Vem aí: 15ª Conferência Nacional de Saúde

Eixo Saúde

Este é um ano de extrema importância para usuários, trabalhadores e gestores do setor saúde, pois ocorrerá a 15ª Conferência Nacional de Saúde convocada por meio de Decreto Presidencial, no qual indica sua ordenação e a organização das etapas municipais, estaduais e nacional.

O CRP 12 entende que o temário proposto para a 15ª Conferência Nacional de Saúde "SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS", bem como seu eixo principal "DIREITO DO POVO BRASILEIRO", dizem respeito diretamente à dimensão subjetiva das pessoas, e desse modo é imprescindível a participação mais efetiva da psicologia através da mobilização e convocação da população em geral para a participação neste processo, e não apenas por meio da participação direta dos psicólogos na Conferência.

Em face do contexto de democratização do cenário brasileiro pós Constituição Federal - CF de 1988, um direcionamento importante foi a regulamentação de diversos itens da CF no tocante à participação social da sociedade, no controle social das políticas públicas, e também na abertura de debates sobre os encaminhamentos governamentais. Isso permitiu que os movimentos sociais se manifestem sobre suas lutas em face do estado, como instância organizativa mais geral das relações sociais.

No tocante à saúde, a participação se deu a partir das reivindicações da VIII Conferência Nacional da Saúde, por meio do que ficou intitulado "controle social da saúde". Pela Lei nº 8142/90, a participação social indicada na VIII CNS alcançou organização do controle social na saúde pretendido, através da criação das Conferências e Conselhos de Saúde. As CNS devem ocorrer nos três níveis de gestão (Estado, Município e União), com representantes eleitos em cada etapa prévia que deverão reunir-se a cada quatro anos para formulação de políticas.

Por sua vez, os Conselhos de Saúde têm seus membros eleitos com caráter permanente e deliberativo. Estes conselheiros possuem função de formulação de estratégias e de controle da execução da política de saúde nos municípios e Estados, e, por meio do Conselho Nacional de Saúde, no nível nacional. Em virtude da grande organização política no tocante às políticas de saúde desde a época de seu estabelecimento no cenário político, na década de 1980, o controle social do setor saúde tem sido grande protagonista em acompanhar as ações do executivo. Inspiradas

no pioneirismo do controle social na área da saúde, muitas outras políticas públicas (educação, assistência social, segurança, entre outras) estabeleceram seus espaços de controle social de políticas na perspectiva de direitos. Nesses espaços, os psicólogos participam e tem se mostrados protagonistas, buscando acompanhar a perspectiva de direito à saúde e a presença indispensável da psicologia como meio para se alcançar esse direito.

Por outro lado, a ideia de participação evidentemente não se dá sem o envolvimento de uma dimensão subjetiva. E a psicologia já há algum tempo tem envolvido essa preocupação em suas discussões, apontando para a importância de os psicólogos se envolverem nos espaços de controle social para contribuírem para a que a subjetividade seja considerada em tais instâncias e contemplada nas mais variadas políticas. Essa preocupação transborda a psicologia e envolve certamente grupos organizados como os movimentos sociais, entendendo que esses coletivos conjugam necessidades e também subjetividades.

Acompanhe o calendário de conferências em seu município, divulgue, mobilize e participe!



Eixo Saúde

18 de maio - Dia da Luta Antimanicomial

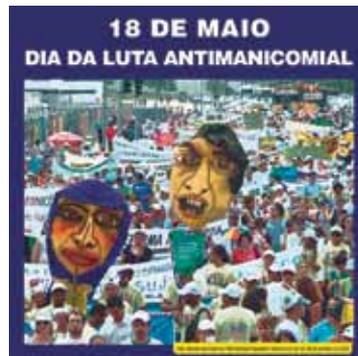
No ano de 2015, o Brasil alcança 28 anos de luta "Por uma sociedade sem manicômios". Nesse processo, a Psicologia, ao mesmo tempo em que foi protagonista, também obteve ganhos, pois fortaleceu seu compromisso ético com uma sociedade de direitos. O exercício da cidadania e da inclusão social dos usuários e de suas famílias passou a ser princípio para a prática profissional de psicólogos(os).

Com objetivo de manter o movimento em prol dos direitos da pessoa em sofrimento psíquico, do acesso à rede de atenção psicossocial, da ampliação dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, o CRP-12 convidou as entidades da Psicologia catarinense para participar de manifestações para marcar o dia 18 de maio, Dia Nacional da Luta Antimanicomial.

Em sua sede, em Florianópolis, e nas cidades de Chapecó, Joinville, São Miguel do Oeste, Blumenau, Tubarão e Itajaí foram realizados debates. Os participantes assistiram o vídeo preparado pelo CRP-12 onde o professor da UFSC, presidente da ABRASME e membro do GT Desinstitucionalização de SC, Dr. Walter Ferreira, falou sobre "O Processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil: por uma sociedade sem manicômios"; e a presidente do CRP-12, Jaira Rodrigues, falou sobre a contribuição da Psicologia para a Reforma Psiquiátrica e as contribuições da Reforma Psiquiátrica para a Psicologia.

Em Florianópolis, a vice-presidente do CRP-12, psicóloga Ana Lopes, falou sobre os avanços e dificuldades na atenção a sofrimento psíquico severo e persistente no município/região e apre-

sentou referências do Crepop para o trabalho nos CAPS. Em seguida foi realizada discussão da carta sobre a realidade da Atenção Psicossocial da região, a ser enviada para o Conselho Estadual de Saúde.



Atenção Psicossocial: debate necessário e urgente

{ CRP-12 busca rearticulação da Subcomissão de Atenção Psicossocial da Comissão de Saúde da ALESC com outras entidades }

Nos últimos anos evidencia-se uma demanda nacional crescente envolvendo a Política de Álcool e Outras Drogas. O tema cada vez mais toma as manchetes nacionais em tom alarmante, acompanhadas por campanhas midiáticas contra o Crack e pela internação compulsória, como uma medida higienista de intervenção. Nesse cenário, despontam Projetos de Lei e outras ações de incentivo à internação compulsória e Comunidades Terapêuticas, inclusive dentro de Santa Catarina. As Audiências Públicas e reuniões com diferentes atores para avaliar a Política de Atenção Psicossocial em nosso estado, chamadas pela Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa (ALESC) no ano de 2014, da qual o CRP-12 participou ativamente, versaram sobre o tema e colocaram em andamento várias ações que buscam a implementação de políticas públicas na área da saúde.

O resultado destas articulações foi a organização de dois encontros chamados pela Comissão de Saúde da ALESC, onde estiveram representantes dos três poderes, controle social, profissionais da Rede de Atenção Psicossocial e movimentos sociais. O primeiro encontro apresentou o Plano Operativo da Rede de Atenção Psicossocial, já aprovado pela Comissão Intergestores Bipartite. No segundo encontro, a conselheira Ana

Lopes problematizou os treze anos da Lei Federal 10.216/2001, que versa sobre a proteção e direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, o redirecionamento do modelo de assistência em Saúde Mental que impulsiona a luta da Reforma Psiquiátrica no Brasil e o funcionamento da Rede Intersetorial.

Em função de período eleitoral e não reeleição do Deputado Volnei Morastone, na época Presidente da Comissão de Saúde da ALESC, a subcomissão foi desarticulada e as entidades participantes foram convidadas a participar do GT Desinstitucionalização, coordenado pelo professor Walter Ferreira de Oliveira, da UFSC.

No início deste ano, representantes do CRP-12 e do GT de Desinstitucionalização, em reunião com a deputada Luciane Carminatti, apresentaram os problemas enfrentados pelos profissionais da área da Saúde Mental em SC, destacando as dificuldades para efetivar o atendimento na Rede de Atenção Psicossocial. Ao relembrar as mobilizações realizadas em 2014 para evitar duas iniciativas, uma na esfera estadual (ALESC) e municipal (Câmara de Vereadores de Florianópolis), de Projetos de Lei propondo internação compulsória para dependentes químicos, a presidente do CRP-12, Jaira Rodrigues, explicitou a necessidade urgente de combater ini-

ciativas que representam um retrocesso em termos de conquistas históricas e que são, inclusive, contrários à Lei vigente no nosso sistema de saúde, reivindicando a reativação da Subcomissão de Atenção Psicossocial, dentro da estrutura da Comissão da Saúde da ALESC.

O Coordenador do GT de Desinstitucionalização Walter Ferreira de Oliveira também participou da reunião e lembrou a deputada que "O Poder Legislativo é um parceiro fundamental para os movimentos sociais e entidades ligadas à saúde, para obtermos do governo do estado maior atenção à Saúde e a implantação efetiva do que a Lei já prevê na área de atendimento Psicossocial".

A deputada Luciana Carminatti, líder da bancada do PT na Assembleia, confirmou seu apoio à causa e indicou a necessidade de nova reunião com a presidente da Comissão de Saúde da ALESC, a deputada Ana Paula Lima. No dia 18/03 o CRP-12 esteve reunido com os assessores Celso e Erléio, ambos representando a deputada Ana Paula, para tratar do assunto. Eles informaram que a Atenção Psicossocial está entre os cinco pontos prioritários da comissão em 2015. O CRP-12 solicitou que a reativação da subcomissão fosse formalizada na reunião ampliada da Comissão de Saúde, onde participam todos os parlamentares.

{ Se você está participando das conferências da Saúde, entre em contato com o CRP-12, envie um e-mail para diretoria@crpsc.org.br e nos acompanhe no debate da pauta da Psicologia. }

Participações nos Seminários do CRAS

Dando continuidade à representação da categoria em eventos, o CRP-12 esteve presente nos dias 4 e 5 de março, respectivamente, nos seminários dos CRAS da AMNOROESTE (São Lourenço do Oeste) e da AMAI (Xanxerê). Os eventos foram organizados pela Federação Catarinense de Municípios (Fecam) em parceria com as associações de municípios e contaram com a participação de psicólogos(as), assistentes sociais, coordenadores de serviços, gestores municipais, entre outros.

Por intermédio do conselheiro Igor Schutz dos Santos, o diálogo apontou para os avanços do trabalho interdisciplinar, a contribuição cada vez mais crescente dos psicólogos em sua atuação na política de Assistência Social e a discussão dos desafios técnicos e éticos em direção à consolidação do fazer do psicólogo neste campo. Assim como nas edições de 2014, os seminários abriram espaço para a discussão de dúvidas comuns à prática cotidiana e também para a apresentação das práticas realizadas na Proteção Social Básica dos municípios participantes. Conforme se observa, os profissionais atuantes nestes locais têm encarado as dificuldades de maneira singular, construindo práticas exemplares para o Estado de Santa Catarina e tornando-se referência na execução da política. Em 2015, novos encontros devem ocorrer em regiões ainda não contempladas, tendo o CRP-12 como parceiro para a construção nestes espaços.

CRP-12 e Fecam fecham parcerias para participação e realização de eventos

No dia 11 de março a diretoria do CRP-12 recebeu a assistente social Janice Merigo, representante da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), e fechou parcerias com a entidade. Na pauta da reunião foi contemplada as primeiras tratativas para a realização de duas ações conjuntas que aconteceram respectivamente nos meses de abril e maio: "Seminário Estadual de Medidas Socioeducativas" e o "VI Seminário de Gestores e Trabalhadores na Política de Assistência Social".

Soma-se às parcerias a realização conjunta de cinco rodas de conversas, atendendo dessa forma a necessidade de diálogos sobre, por exemplo, as atribuições das(os) psicólogas(os) no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Também ficou prevista a participação do CRP-12 em reuniões com gestores de políticas de Assistência Social, como na do colegiado previsto para Mafra. "As parcerias são importantes, pois as pau-

Representações no controle social

Em 2015 seguem as representações do controle social em nível estadual pelo CRP-12. No Fórum Estadual Permanente de Assistência Social (FEPAS) os trabalhos ficaram concentrados, desde o início do ano, na realização da eleição da sociedade civil no CEAS, por meio de Fórum Próprio Eletivo. Com o ingresso de uma nova equipe de gestão na Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, o Fórum tem sido parceiro na discussão da importância do controle social para consolidação efetiva e transparente da política estadual, ampliando os canais de comunicação da sociedade civil organizada.

Além disso, o CRP-12 tem participado das reuniões da Comissão de Assistência Social da OAB-SC, que está planejando para 2015 o levantamento da realidade da atuação dos advogados nos CREAS do Estado, pesquisa essa pioneira no Brasil e que pretende impactar positivamente na construção cada vez mais significativa do fazer interdisciplinar e na participação efetiva desta categoria na Política de Assistência Social. Conforme o planejamento, o objetivo na sequência é realizar um seminário no segundo semestre deste ano para divulgação dos resultados e discussões.

tas que as motivam estão em sintonia com as políticas do CRP, uma vez que estas são voltadas à descentralização e promoção de políticas públicas", destacou a presidenta Jaira Rodrigues.

GT CONCURSOS - A Fecam, por sua vez, foi convidada a participar do Grupo Trabalho Interinstitucional Concurso Público do CRP-12, contribuindo com a autarquia para a construção de referências técnicas nos editais de concurso para psicólogos.



Eixo Organizacional e do Trabalho

Evento debaterá atualidade do mundo do trabalho

O Eixo Psicologia Organizacional e do Trabalho do CRP-12 promoverá o Evento Temático, no dia 9 de julho, cujo tema será: Os desafios da(o) Psicóloga(o) Catarinense frente à complexidade do mundo do trabalho e das organizações na sociedade contemporânea. O evento será na Univali, em Itajaí, e terá como subtemas:

1. As Organizações de trabalho na atual sociedade contemporânea.

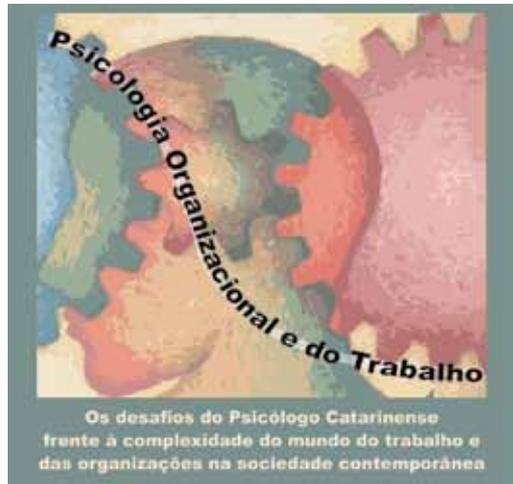
2. A Saúde do Trabalhador no cenário catarinense.

O objetivo é pensar o trabalho enquanto categoria constituinte

da subjetividade do indivíduo e como tal é preciso refletir sobre o trabalho do psicólogo em um cenário complexo, repensando suas práticas e intervenções nos processos e relações de trabalho e como agente promotor da saúde biopsicossocial dos trabalhadores.

As (os) psicólogas

(os) estão convidadas(os) a participar do evento que ocorrerá em breve na sede do CRP-12, na Capital. Informações sobre as inscrições estão no site: www.crpsc.org.br.

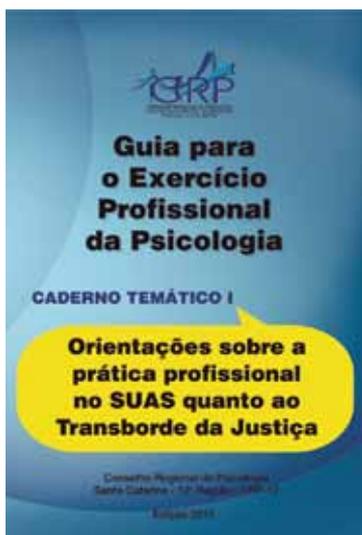


{ Haverá transmissão on-line no site www.crpsc.org.br. A participação presencial ocorrerá em Itajaí, na Univali, e em Florianópolis, na sede do Conselho. }

Psicologia e Justiça

Publicação aborda a prática profissional das(os) psicólogas(os) no SUAS

http://www.crpsc.org.br/imagens/CRP-12-caderno_tematico_I.pdf



Está disponível no [site do CRP-12](http://www.crpsc.org.br) o caderno temático "Orientação sobre a prática profissional no SUS quanto ao Transborde da Justiça"

A Comissão de organização e Fiscalização (COF) e a Comissão de Políticas Públicas, Eixo Assistência Social, do CRP-12 lançaram o caderno temático "Orientação sobre a prática profissional no SUS quanto ao Transborde da Justiça", que faz parte do Guia para o Exercício Profissional da Psicologia.

O caderno possui versão digital, disponibilizada para download (arquivo pdf) no site do CRP-12. O objetivo é orientar os profissionais que atuam em políticas públicas, principalmente no SUAS.

Organizado num sistema de perguntas e respostas, o caderno faz um levantamento sobre as dúvidas mais comuns sobre a temática, considerando principalmente o prejuízo de tais solicitações para a efetividade das políticas públicas, com foco na garantia de direitos aos usuários do serviço de Psicologia.

Vamos dizer não à redução da idade penal

Várias entidades, incluindo o CRP-12, lamentaram a aprovação da admissibilidade no dia 31 de março da proposta de emenda à Constituição (PEC) 171/93 que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. Os grupos disseram que continuarão atuando com os parlamentares e a sociedade para tentar impedir a tramitação da PEC.

Para o CRP-12, essa aprovação demonstra uma perigosa evolução do assunto no Congresso Nacional, sem ter havido um debate mais aprofundado com a população e, em especial, com as entidades que atuam diretamente com crianças e adolescentes. Os números mostram que jovens infratores são uma pequena parcela em relação ao número total.

Para muitos representantes de entidades nacionais, essa questão tornou-se uma disputa partidária entre governo e oposição.

Não há idade determinante para a violência e a lógica punitiva deve ser contestada fortemente. Numa nota técnica divulgada nacionalmente, a Fundação Abrinq, que defende os direitos de crianças e adolescentes e compila dados sobre a questão, mostra que a população de adolescentes restritos e privados de liberdade representa 3,8% do total de presos no país.

Debate - Os mitos e verdades que rondam a proposta de redução da maioridade penal no Brasil foram debatidos no mesmo dia da aprovação, dia 31 de março, por especialistas da Psicologia, do Direito Constitucional e representantes do Governo Federal e do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Os presentes elencaram alguns motivos pelos quais centenas de entidades da sociedade civil se posicionam contrariamente à redução da maioridade de 18 para 16 anos.

No debate, realizado em Brasília e acompanhado por mais de mil internautas, os convidados confrontaram dados e informações que têm sido difundidos pela grande mídia, por defensores da redução da maioridade e por parlamentares no Congresso Nacional, e destacaram que as instituições deveriam seguir pelo caminho oposto, o da proteção integral dos direitos desta população.

Dentre os argumentos dos defensores da redução apresentados no debate, está o de que o crescimento da violência seria proporcional ao aumento dos crimes cometidos por jovens, e a medida da redução sanaria a incapacidade do Estado em responsabilizar penalmente os menores.

José Luis Quadros de Magalhães, professor de Direito Constitucional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), destacou que a tendência de criminalização na qual a sociedade se esgueira somente aumentará a necessidade da presença de fiscalização do Estado, que, segundo ele, já se mostra incapaz de atender as demandas criminais e prisionais. "A redução da maioridade penal representa uma irresponsabilidade, mesmo dentro do pensamento conservador. Os presídios estão superlotados e a redução da maioridade significará aumentar essa fila. Mesmo na lógica conservadora, isto é uma irresponsabilidade", disse, lembrando, ainda, que a polícia consegue resolver 7% dos casos criminais no país.

Psicologia e Justiça

Reduzir a maioridade penal

NÃO

significa reduzir a

VIOLÊNCIA

A MOBILIZAÇÃO CONTINUA

#NãoàReduçãodaMaioridadePenal

Argumentos estatísticos

Para a Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, Angélica Moura Goulart, as estatísticas deveriam ser balizadoras da discussão. "Temos um conjunto de argumentos, dados e, se nos debruçarmos sobre eles, vamos concluir que não podemos admitir esse retrocesso. Um país ético não abandona seus filhos". Ela lembra que destacou que a população de adolescentes entre 12 a 20 é de cerca de 30 milhões de pessoas (IBGE). "A letalidade que atinge nossa juventude deveria ser o tema de debate do nosso Congresso Nacional. A verdade é que os nossos jovens estão morrendo em número muito maior do que de fato estão cometendo atos contra a vida. Há de haver um equilíbrio nesta discussão". Ela lembrou, ainda, que a juventude morta hoje no país é negra, mora em periferia e tem baixa escolaridade. "Dentro deste contexto de clamor social, são os nossos adolescentes que vão, ao final de tudo, pagar essa conta", declarou.

Seminário Clínicas do Testemunho: reparação psíquica e construção de memórias



A Sigmund Freud Associação Psicanalítica - Clínicas do Testemunho, o Conselho Regional de Psicologia

- CRP/12 e o Coletivo Catarinense Memória Verdade e Justiça realizaram, nos dias 10 e 11 de abril, o Seminário "Clínicas do Testemunho: reparação psíquica e construção de memórias", que abordou reparação

psíquica, atendimento clínico a pessoas violadas pelo Estado, construção de memórias e a história da repressão em Santa Catarina.

A conselheira Yara Hornke, que está à frente da Comissão de Direitos Humanos do CRP-12, realizou a abertura do encontro, enfatizando a importância fundamental desta mobilização em torno das memórias do que ocorreu neste país. Em Santa Catarina, o resgate da memória tem sido impulsionado pelos esforços da Comissão Estadual da

Verdade Paulo Stuart Wright – Santa Catarina, do coletivo catarinense Memória, Verdade e Justiça, entre outros, e o CRP-12 têm participado ativamente deste movimento.

O Projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça visa reparar e reintegrar à história individual das vítimas e da sociedade as marcas psíquicas deixadas pelas graves violações de direitos humanos ocorridas durante o período da ditadura civil-militar no Brasil.

Entidades se reúnem em torno do combate à tortura em Santa Catarina

Os integrantes do Comitê de Combate à Tortura de Santa Catarina realizaram reuniões que organizam a mobilização pela implementação do Comitê de Prevenção e Combate à Tortura no estado. As diversas entidades que compõem o comitê verificaram a necessidade urgente de mobilizar ainda mais pessoas e entidades em torno da causa.

Ainda que a Lei Federal nº 12.847, de 02/08/2013, determine a criação do Comitê e também do Mecanismo

de Prevenção e Combate à Tortura nos estados, nenhum movimento foi realizado, até o momento, por parte do Poder Executivo Estadual, para cumprir esta Lei. "Nós entendemos que, nos poucos estados brasileiros onde os Comitês estão instalados, isso só ocorreu diante da pressão do movimento social: é isso que queremos fazer aqui", explicou a presidente do CRP-12 Jaira Rodrigues.

Entre os encaminhamentos das reuniões está a definição de novos par-



Na foto, reunião do Comitê realizada no dia 27 de abril, no CRP-12

ceiros, a organização do Seminário em abril e agendamento de audiência com representantes do Executivo estadual.

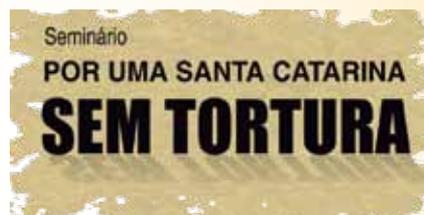
Evento mobiliza entidades

Seminário traz novos atores para a luta pela implementação do Comitê e Mecanismo de combate à tortura em Santa Catarina

No dia 29 de abril foi realizado, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, o Seminário Por uma Santa Catarina Sem Tortura, evento organizado em torno do objetivo de ver cumprida em Santa Catarina a Lei Federal que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e prevê a instalação de comitês e mecanismos em todos os estados da Federação. Foram mais de 20 organizações representadas o que, de acordo com a presidente do Conselho de Psicologia, Jaira Rodrigues, é um grande ganho para o movimento. "Precisamos de uma grande articulação social para cobrar do Estado que cumpra seu papel e crie as condições para humanizarmos nossa Justiça e a partir deste evento cria-

remos um Grupo de Trabalho pró-Comitê em Santa Catarina", afirmou a presidente do CRP-12.

O deputado Dirceu Dresh, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, compôs a mesa de abertura do evento e colocou a CDH à disposição e informou aos presentes sobre os dois Projetos de Lei que seu gabinete está desenvolvendo, com o objetivo de criar o Comitê de Prevenção e Combate à Tortura e também o Mecanismo para monitoramento. Seu assessor, Marcel Salomon, durante a segunda mesa do evento, apresentou o texto inicial do PL, lembrando que trata-se de um primeiro esboço, aberto ao debate das entidades e interessados.



A mesa de abertura contou com a Presidente do CRP-12 Jaira Rodrigues; o Deputado Dirceu Dresh, da Comissão de Direitos Humanos da ALESC; o Juiz Corregedor Alexandre Takaschima, do TJ-SC; a representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos Erii Camargo; a Defensora Pública Ana Carolina Dihl Cavalin; o representante da OAB Victor Fontes; o representante da Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina, João Ghizoni e o representante dos conselhos de comunidades carcerárias, Padre Ney Brasil Pereira.



O Juiz Corregedor do Tribunal de Justiça de Santa Catarina Alexandre Karazawa Takaschima tem sido parceiro constante na luta pela instalação do Comitê e Mecanismo no estado. Ele falou para a Revista Psicologia em Movimento sobre as situações de tortura e encaminhamentos que existem atualmente.

Como se dá a atuação das instituições, em relação aos casos de denúncias de tortura, em Santa Catarina?

Dentro da atuação da Corregedoria nós traçamos algumas ações com relação aos espaços de privação de liberdade. Nós trabalhamos principalmente na questão da infância e juventude, tanto nos serviços de acolhimento quanto nos socioeducativos. Também trabalhamos no sistema prisional, na questão de saúde mental e dos serviços de acolhimento de longa permanência dos idosos. Nestes espaços, junto com alguns setores aqui do Tribunal de Justiça e também algumas parcerias com o Ministério Público e Comissão de Execução Penal da Infância e Juventude da OAB, a gente tenta fazer um trabalho articulado de inspeções e também um trabalho reativo. Quando chega alguma reclamação ou denúncia, vamos pontualmente nestas unidades para fazer este acompanhamento, principalmente quando há informação de violação de direitos.

As denúncias chegam aqui meio que por acaso, porque não é o Judiciário necessariamente a porta de entrada para essas reclamações. Não temos em Santa Catarina um lugar para dirigir estas denúncias, e o Comitê poderia ser justamente esta porta de entrada. O que eu percebo é que alguns reclamam com o Ministério Público, outros com a Defensoria, alguns reclamam com a OAB, porque não temos um padrão.

Muitas vezes inclusive as informações chegam lá em Brasília, através do Disque 100, na Secretaria dos Direitos Humanos, e a Secretaria faz a triangulação, encaminha para Santa Catarina; quando

na verdade esta denúncia poderia ficar direto dentro do Estado, nós diminuiríamos o tempo para as soluções. Estamos perdendo muito tempo entre a chegada destas denúncias e a tomada de providências.

Poucos Comitês foram implantados no país. Por que a dificuldade? Em Santa Catarina, o que falta para termos o Comitê e o Mecanismo de combate à tortura implantado?

Infelizmente entramos numa questão de ausência de vontade política. O que se percebe é que os grandes violadores, principalmente com relação aos direitos das pessoas que estão privadas de liberdade, são do próprio Estado. Nos estados onde já ocorreu a implantação, houve uma grande participação da sociedade civil nessa articulação. Foram poucos os estados onde, por iniciativa própria, governamental, o movimento ocorreu. E é o que está acontecendo aqui em Santa Catarina, nós precisamos justamente desta articulação não governamental e governamental para que seja tirado do papel, depois de tantos anos, esta possibilidade de ter o nosso Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e o mecanismo.

Isso envolve também investimento, e neste aspecto é urgente esta ação, pois em outubro fecha o orçamento e, se não formos ágeis, em 2016 não teremos o Comitê. Como envolve questão orçamentária, nós temos também que nos conscientizar que existem prazos a serem seguidos e observados para que o próprio governo possa destinar valores, recursos, definir de onde vem a fonte, para daí poder implementar, principalmente a questão do mecanismo. Nós temos duas grandes questões: o equipamento – seria a estrutura física, onde vai funcionar, mobiliário, computadores, essas coisas – e a questão de pessoal – que envolve folhas de pagamento, criações de cargos...

Nós trabalhamos com duas possibilidades em Santa Catarina: poderíamos ter Comitê e Mecanismo vinculados aos Poderes Executivo Estadual (uma política pública estadual) ou, como o Rio de Janeiro acabou fazendo, dentro do Poder Legislativo (Assembleia Legislativa). Teremos que analisar aqui em Santa Catarina qual seria mais apropriado.

O que o senhor poderia dizer sobre as situações de tortura em SC?

Fizemos o levantamento de quantas ações específicas estão tramitando no TJ, em nosso sistema informatizado. Os

dados numéricos apontam 221 ações penais em tramitação em SC que envolvem tortura. Na verdade esta é uma amostragem relativa, pois não envolve todas as investigações que estão em andamento, todas as denúncias que ainda estão em estágio de maturação administrativa... Nós ainda não temos – e isso pode ser o grande avanço aqui em Santa Catarina, através do Comitê – a centralização das informações com relação aos casos de tortura no estado.

Qual seria o papel desse comitê e qual seu verdadeiro alcance na defesa dos Direitos Humanos das pessoas privadas de liberdade?

O Comitê tem várias atribuições, mas seria principalmente o grupo pensante em relação às ações a serem realizadas, as políticas públicas de emergencial, médio e longo prazo – outra coisa que nós não temos aqui em Santa Catarina, justamente esse pensar sobre como diminuir a tortura. Nós temos ações pontuais, de algumas instituições que tomam alguma iniciativa. Dou um exemplo: o Poder Judiciário, via uma ação do CNJ, tem uma ideia de projeto piloto de audiência de apresentação. O que seria isso? Quando algum adolescente ou algum adulto for preso, ele vai ter que ser apresentado perante o juiz, no máximo em 24 horas, para que o juiz possa verificar se ele está com alguma lesão, como uma forma de controle com relação a essa questão da tortura, principalmente dos agentes da segurança pública. São Paulo já implementou e eles estão tendo ótimos resultados com relação a isso. Santa Catarina está interessada também na proposta. Mas é uma ação pontual do Poder Judiciário, quando na verdade a gente poderia pensar, dentro do Comitê, em ações efetivas em todas as instituições. Nós estamos, nessa ação do Tribunal de Justiça, num ponto específico que seria as apreensões e prisões em flagrante. Mas nós temos todo o problema daqueles que já estão dentro do sistema prisional e como faríamos esse controle? E o mecanismo seria justamente este órgão de centralização das instituições. Teríamos que trazer também para este debate o sistema de saúde, o sistema de educação. A gente não pode tão somente pensar na questão da tortura física, a tortura psicológica também existe, o diagnóstico é difícil. Nós temos que ter este grupo pensando constantemente como é que vamos avançar. É um desafio e já estamos atrasados, estamos correndo contra o tempo para diminuir a tortura aqui em Santa Catarina.

COF

Garantia das Condições de Trabalho e da Autonomia Profissional

O profissional psicólogo, habilitado e inscrito em seu respectivo Conselho Profissional, se insere em um contexto de legitimação da profissão, não só conferido através de leis, decretos e resoluções que a regulamentam, mas também do reconhecimento social de sua ciência e técnica, pautada no compromisso social e na garantia dos direitos humanos. Neste contexto, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), enquanto comissão permanente do CRP-12 possui função precípua de assegurar o cumprimento da legislação que regulamentam o exercício da profissão, bem como resguardar junto à população bons serviços dentro de preceitos éticos e profissionais e garantir autonomia e dignidade profissional ao psicólogo.

Pautados pelas demandas sistêmicas provenientes de denúncias, pedidos de orientação e averiguações, temos constatado frequentemente dois fatores que incidem no cotidiano dos psicólogos, que fragilizam a possibilidade de seu reconhecimento social e

que acarretam o vilipêndio da profissão:

1) os mecanismos como as instituições (tanto públicas quanto privadas) que se estruturam para efetivar suas políticas, muitas vezes colidem e desconsideram as prerrogativas da profissão, afetando diretamente a qualidade dos serviços prestados e os benefícios à população;

2) a carência da busca por atualização acerca da legislação profissional e a necessidade de interpretação correta das leis, decretos e resoluções geram entraves ao exercício profissional e não acompanham dinâmica e politicamente a construção da profissão de psicólogo.

Tendo como base estas reflexões, a COF em relação ao primeiro fator observado, delimitou duas ações maiores para esse ano. A primeira trata da continuidade da Pesquisa sobre o Transborde da Justiça, que consolida e amplia a articulação com as entidades (Sindicatos dos Psicólogos, Psicólogos da Polícia Civil, Conselhos Estaduais e Secretaria

de Estado de Saúde e de Assistência Social, Trabalho e Habitação, FETSUAS/SC e, Conselho Regional de Serviço Social - CRESS) e, com a elaboração do projeto piloto feito, seguirá para adequação do instrumento e definição das estratégias para aplicação, possibilitando assim a construção de dados de realidade junto a psicólogos e assistentes sociais que atuam em equipamentos do SUS e SUAS e mantém relação com o Sistema de Justiça.

O CRP-12 compreende como "Transborde da Justiça" as determinações judiciais que ultrapassam os limites de atuação dos serviços, seja extrapolando ou até mesmo se contrapondo às atribuições legais que definem a criação e os objetivos dos mesmos, bem como as normativas que regulamentam as profissões que neles atuam. Igualmente são consideradas como transborde as demandas que impossibilitam a continuidade dos atendimentos, por se oporem inclusive aos direitos das pessoas e ou famílias atendidas, impedindo a efetividade das políticas públicas.

COE

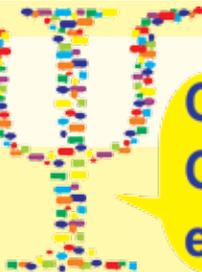
Para debater a profissão com profissionais e estudantes

O CRP-12 e a ABEP-SC oferecem a Oficina de Orientação e Ética com o objetivo de promover o debate qualificado sobre a relação da ética no exercício da profissão, fortalecendo o diálogo com os discentes e docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) e com a categoria. O conteúdo da Oficina baseou-se em levantamento das demandas vivenciadas e que foram acolhidas pelas Comissões de Ética e de Orientação e Fiscalização.

A metodologia utilizada é a expositiva

e de trabalhos em grupo para a discussão de "problemas" e identificação de soluções para situações concretas do exercício profissional. Esta atividade pode ser demandada espontaneamente pelas IES ou por grupos organizados de, no mínimo, 30 psicólogos, por meio do preenchimento do formulário disponível no site.

Os pedidos serão analisados e atendidos de acordo com a disponibilidade dos representantes do CRP-12 e das IES parceiras. As oficinas sempre



Oficina de Orientação e Ética

serão divulgadas e voltadas às(aos) psicólogas(os) da região.

As Oficinas também serão realizadas na sede do CRP-12 uma vez por semestre. Para este ano estão programadas para os meses de julho e setembro. As inscrições devem ser feitas pelo site do CRP-12, onde constam mais informações.

Fiscalização em órgãos públicos

Uma importante ação da COF refere-se ao Projeto de Fiscalização em Órgãos Públicos, como forma de contribuir com a qualidade dos serviços públicos de Psicologia em Santa Catarina. A COF em parceria com o Eixo de Saúde e Assistência Social do CRP-12 encaminhou comunicado aos gestores municipais alertando e orientando sobre as condições mínimas para o exercício da profissão, principalmente no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tal documento aponta para a inoperância da máquina pública, que ocasiona violência do Estado quanto aos objetivos do trabalho dos psicólogos, e que repercute no acesso e garantia de direitos dos usuários das políticas. Como exemplos desse cenário temos:

a) manutenção de profissionais sem habilitação adequada (inscrito e ativo) e regimes de contratação contrários aos dispostos nas legislações das Políticas;

b) espaços de atendimento com interrupções, sem mobiliário adequado, isolamento acústico e visual que comprometem as particularidades do atendimento de psicologia (que não é médico/odontológico) e na garantia de sigilo e vínculo com o usuário;

c) desrespeito a autonomia para

escolha dos métodos e técnicos adequados ao campo de atuação e as demandas;

d) desconsideração com as condições para elaboração e armazenamento adequado do registro documental, com ênfase na distinção entre o papel de perito e avaliador e o papel do psicólogo na promoção de saúde e dos vínculos familiares e sociais.

Concomitantemente com a etapa de envio dos comunicados aos municípios, a COF e Eixos estarão instrumentalizando (com subsídios legais, políticos e éticos) as psicólogas assistentes técnicas do CRP-12 para a fiscalização aos equipamentos a partir do segundo trimestre, seguindo metodologia aleatória a ser definida. Com isso, buscaremos o diálogo com os gestores para a adequação das condições para o exercício da Psicologia e, de qualificação dos(as) psicólogos(as) para a mudança de sua realidade.

Quanto ao segundo fator elencado, demonstrado através do contato dos profissionais com o Conselho, entendemos que o fornecimento de informações articuladas e de diretrizes políticas gerais para a orientação e fiscalização contribuirão para o fortalecimento da autonomia profissional e das condições adequadas para o trabalho em outros contextos de atuação. Partindo do banco de dados já composto

pelo CRP-12, do acúmulo de trabalho das Comissões e Conselheiros e das deliberações do VIII COREP/SC, serão produzidos materiais informativos aos psicólogos e à sociedade com o posicionamento que a Autarquia vêm adotando nas várias temáticas, a exemplo do Caderno Temático I - Orientações sobre a prática profissional no SUAS quanto ao Transborde da Justiça e do texto Apontamentos sobre as fronteiras entre a Psicologia e as práticas místicas e religiosas, que já se encontram em nosso site.

Outros temas pautados que apresentam recortes da diversidade existentes na Psicologia a serem apresentados durante 2015 são: critérios para o credenciamento de Pessoas Jurídicas de Comunidades Terapêuticas (Direitos Humanos, Laicidade e Redução de Danos); Retomada da articulação com o DETRAN (relação com psicólogos credenciados, Centros de Avaliação de Condutores, Junta de Reavaliação); Campanha para valorização e habilitação de profissionais em contextos organizacionais de Recursos Humanos; demais orientações (Concessão de Benefícios Eventuais da Assistência Social, Credenciamento para Porte de Arma, Condições para estágio de psicologia em Serviços Escola, Avaliação Psicológica em Escolas, entre outras).

Para o primeiro semestre de 2015, estão agendadas Oficinas nos seguintes locais e datas:

Cidade	IES	Data e hora
Concórdia	UnC	17/04, às 19h15
Pinhalzinho	Unoesc	08/05, às 19h10
Joaçaba	Unoesc	11/05, às 19h30
Florianópolis	UFSC	16/06, às 18h30
Rio do Sul	Unidavi	14/05, às 19h15

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 12ª REGIÃO DE SANTA CATARINA
CNPJ 37115508/0001-45
PUBLICAÇÃO LEGAL

O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 12ª REGIÃO DE SANTA CATARINA, instituição fiscalizadora da profissão de Psicólogo, no uso das atribuições legais, conforme decisão do Processo Disciplinar Ético nº. 341/12, na forma pela qual estabelece o art. 27, inciso III, da Lei n. 5.766/71, aplica a pena de *CENSURA PÚBLICA* à psicóloga ANA CRISTINA POZZA SILVEIRA CRP-12/03244, por infração ao artigo 1º *g* da Resolução CFP nº 010/2005, vez que emitiu laudo psicológico que extrapolou a transmissão de informações sobre os envolvidos no processo judicial, para além do necessário à tomada de decisão.

Florianópolis, 25 de março de 2015.
JAIRA TEREZINHA DA SILVA RODRIGUES

CATE

GT de Especialidades debateu estratégias para a defesa da especialização profissional

O Grupo de Trabalho de Especialidades do Conselho Federal de Psicologia (CFP), em reunião realizada no dia 26 de fevereiro, debateu ações estratégicas para a defesa da certificação da especialização profissional, com a presença de representantes da diretoria do CRP12 e do Instituto Granzotto de Psicologia Clínica Gestáltica de Santa Catarina, foram aprovados vários encaminhamentos. Uma das decisões foi a de construir dispositivos formais para a defesa dos alunos de cursos de Especialização, ainda não finalizados, que estavam em andamento antes da execução da Ação Civil Pública do Ministério Público Federal que impediu o credenciamento desses cursos.

A Ação Civil Pública, concedida pela 20ª Vara da Justiça Federal em agosto passado, proibiu o Conselho Federal (CFP) de credenciar e re-

credenciar os Núcleos Formadores. Deste então, não foram abertos novos cursos, mas os que já existiam antes da ação tiveram continuidade. Dessa maneira, o CFP pretende publicar uma resolução para proteger os alunos que estão nesta situação.

O GT está orientando as entidades da Psicologia e de formação em Psicologia a ampliarem as parcerias para buscar caminhos para a certificação dos cursos de especialização, pois a temática Especializações abrange várias outras categorias para além da Psicologia.

Foi definida ainda uma consulta oficial ao Conselho Nacional de Educação acerca de seu posicionamento em relação às especializações profissionais. Segundo os representantes do GT, há jurisprudência em relação à autorização dos cursos, definida pelo CNE como credenciamento especial.

O Marco Regulatório dos Cur-



sos de Pós-graduação Lato Sensu Especialização (ainda como minuta de resolução) altera dispositivos da Resolução 01/2007 do CNE, a qual estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu em nível de especialização. Ainda não foi apresentado no debate e na proposta um entendimento claro em torno da Especialização Profissional. O título de especialista oferecido pelo CFP é Especialização Profissional e não Especialização Acadêmica.

Nesta segunda reunião, o GT teve sua representatividade ampliada, contando com representantes de CRPs e de Núcleos Formadores de cada região geográfica do país.

APAF

Encaminhamentos da Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças

Os encaminhamentos deliberados pela Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), instância deliberativa do Sistema Conselhos e que foi realizada durante os dias 13 e 14 de dezembro de 2014, em Brasília, incluem a ampliação de pesquisa sobre empregabilidade, treinamento para contadores e tesoureiros já realizado, criação de um fundo para implantação de novos CRPs, sistema de isenção de anuidades, entre outros pontos administrativos. Houve também a apresentação do orçamento para 2015 e a prestação de contas do ano anterior.

Em relação a algumas ações, destaque para a política nacional de Direitos Humanos, posicionamento do CFP sobre a regulamentação das comunidades terapêuticas, e ainda a revisão da política de orientação e fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia, demandas do Poder Judiciário e Ministério Público aos psicólogos que atuam nas políticas de assistência social e a participação nas conferências nacionais de 2015.

Dentre as atribuições da APAF estão a aprovação do orçamento do CFP e a apreciação de suas contas, a fixação de parâmetros para a co-

brança de anuidades, a deliberação sobre a intervenção nos CRPs, o acompanhamento e operacionalização das deliberações do Congresso Nacional da Psicologia (CNP); a deliberação sobre questões de interesse da entidade, da categoria e do Sistema Conselhos nos âmbitos político, administrativo e financeiro.

Realizada duas vezes ao ano, a assembleia é composta por até três representantes do CFP e por conselheiros de todos os 23 Conselhos Regionais de Psicologia, cujo número de representantes varia de um a três dependendo do número de profissionais inscritos no regional.

Condições para exercício profissional nas políticas públicas

Para contribuir com a qualidade dos serviços públicos de Psicologia em Santa Catarina, o CRP-12 alerta sobre as condições mínimas para o exercício da profissão, nesse momento focando-se no contexto do Sistema Único de Saúde e no Sistema Único de Assistência Social.

Depois de um levantamento sobre as principais irregularidades encontradas por este Conselho em ações de fiscalização em órgãos públicos, o objetivo é possibilitar que os gestores tomem conhecimento dos pa-

râmetros mínimos e realizem adequações necessárias nos equipamentos do município.

No final do primeiro semestre de 2015, o CRP-12 iniciará ação sistemática de fiscalização aos órgãos públicos, a fim de verificar as condições físicas e os processos de trabalho da(o) psicóloga(o), pois entende-se que os municípios que compactuam com realidade aviltantes à prática profissional da(o) psicóloga(o) são coniventes com um serviço na contramão do direito à saúde e assistência social.

Condições mínimas

Observa-se psicólogas(os) atuando em espaços inadequados e irregulares, fato que impacta diretamente no comprometimento da garantia do sigilo, da qualidade dos atendimentos prestados e da satisfação dos usuários dos serviços.

O trabalho da Psicologia também se utiliza de instrumentos específicos, como no caso do trabalho com crianças e adolescentes, onde é necessário materiais lúdicos, como também para os processos de avaliação psicológica, em que muitas vezes são utilizados testes psicológicos.

Registro documental do trabalho

O trabalho da(o) psicóloga(o) precisa ser registrado e é regulamentado pela Resolução CFP Nº 001/2009 (alterada pela Resolução CFP Nº 005/2010). No que tange à guarda e conservação dos prontuários e registros documentais, as(os) psicólogas(os) constantemente relatam situações de fragilidade na preservação do sigilo destas informações, relatando inclusive arrombamentos de gavetas e móveis chaveados e a invasão de sistemas informatizados.

Os trabalhadores que integram a equipe de trabalho devem ser esclarecidos que o rompimento destas informações afeta a intimidade dos atendidos, banaliza o trabalho e os instrumentos da(o) psicóloga(o) e implica muitas vezes no rompimento dos atendimentos.

Estágios em Psicologia

O estágio em Psicologia, tal como qualquer outro, é regulamentado pela Lei 11.778/2008, e, portanto, deve ser caracterizado como ato educativo. A fiscalização do CRP-12 encontrou locais de estágio sem a devida supervisão técnica, possibilitando situações que mais se assemelham com a precarização e com o exercício ilegal da profissão.

Relação com o Sistema de Justiça

A maioria das dúvidas e pedidos de auxílio das(os) psicólogas(os) nos órgãos públicos que chegam ao CRP-12 referem-se às solicitações e determinações do Sistema Judiciário. Estes, quando extrapolam o escopo de suas atribuições conforme o marco regulatório das políticas públicas, limitam e geram prejuízos ao processo de trabalho.

Situações que exemplificam tal cenário, de "transborde da justiça" tratam de: a) solicitações para avaliação psicológica para casos/situações que sequer foram acompanhadas pelos serviços; b) requerimento da Polícia para acesso a documentos/informações e pedidos para avaliação de pessoas com finalidade de compor prova em processo; c) depoimento em juízo que venha a interferir no vínculo estabelecido com a família ou o atendido e de envio dos prontuários psicológicos na íntegra sem considerar a relevância para o processo judicial.



Principais desafios nas situações de trabalho de psicólogos na saúde e na assistência social

Habilitação Profissional

Em inúmeras ações, o Conselho teve que intervir em situações de trabalho que se encontravam na contratação e manutenção do contrato de trabalho com pessoas não habilitadas para o atendimento da demanda da Psicologia. Tal situação contraria a Lei Federal Nº 4.119/62, que cria a profissão de psicólogo e a Lei Nº. 5.766, regulamentada pelo Decreto Nº. 79.822/77, responsável pela criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia, que determina a inscrição profissional como requisito legal para o exercício da profissão.

É dever da(o) psicóloga(o) portar a Carteira de Identidade Profissional, bem como a exigência de apresentação e manutenção de cópia do documento no ato de sua contratação. No caso de cargo comissionado ou de coordenação, que requeiram ações técnicas, no qual a(o) profissional obteve sua contratação em decorrência de sua habilitação profissional, esta(e) deve manter-se inscrita(o) e ativa(o).

Democratização da Comunicação: o que a Psicologia tem a ver com isso?

Há um reconhecimento de que haja grande influência dos meios de comunicação na formatação das subjetividades e constituição das comunidades. Essa influência continua ocorrendo por meio da televisão, do rádio, dos jornais, e mais recentemente, da própria Internet. Esses meios de comunicação estão presentes na vida cotidiana e muitas vezes orientam a definição de temas que são tratados pela sociedade, chegando a influenciar as formas de agir e pensar das pessoas. Essa interferência pode ocorrer de forma mais ou menos direta, mas pode transformar os modos de constituição da individualidade e da organização social.

A ideia de que a profissão deva contribuir para a democratização da sociedade brasileira evidencia novas questões para a Psicologia. A manipulação da informação torna-se poderosa arma de controle sobre as

pessoas e a sociedade. Os processos de produção de subjetividades podem resultar em padronização por meio de modelos prontos, que se apresentam como naturais. A pessoas, quem teriam uma infinidade de recursos para construir seus pensamentos e modos de agir a partir do convívio com outros seres humanos, ficam limitados a esses padrões.

A Psicologia precisa discutir comunicação, assim como discute educação, segurança, justiça, assistência social e saúde. Será preciso indicar para a sociedade se os processos de comunicação estão dirigidos à promoção de saúde ou à produção de sofrimentos psíquicos. Se esses processos estão dirigidos à ampliação de autoconhecimento pessoal e social ou à distorção da compreensão do dia a dia por meio dos conteúdos divulgados nos veículos de comunicação de massa.

Psicologia presente

Profissionais da Psicologia estão sempre empenhados em refletindo sobre as formas de evitar que sua atuação colabore para a reprodução de modelos e de formas de existir. Ao discutir a mídia, a Psicologia rompe com processos de fragmentação das ações e enxerga a globalidade do cotidiano. Essa é a Psicologia que queremos, em todos os lugares, com responsabilidade e ética, mas também mais crítica.

E o caminho tem dado certo, pois é cada vez mais frequente a participação de psicólogas(os) em programas televisivos para responder sobre os mais variados assuntos que dizem respeito ao dia a dia das pessoas.

HISTÓRICO - Os Conselhos de Psicologia, especialmente o de Santa Catarina, há muito tempo vêm atuando nesse tema. A nível nacional, foram realizados grande debates, tanto no âmbito da profissão (como em 2007 com o congresso "Mídia e Psicologia"), quanto no debate aberto com a sociedade (como em 2009, quando houve forte participação na promoção e realização da Conferência Nacional de Democratização da Comunicação).

Em Santa Catarina, o CRP-12 tem atuado fortemente no Comitê Catarinense de Democratização da Comunicação (CDC), que já teve a atual presidente do CRP-12, Jaira Terezinha Rodrigues, como coordenadora. Em 2009 foram realizados encontros itinerantes regionais que preparou propostas e elegeu os representantes do Estado para a Conferência Nacional. Em 2011 o CRP-12 coordenou a realização de um Seminário Estadual sobre o tema.

O CRP-12 participa das discussões locais e nacionais, sempre trazendo à tona o histórico dessa luta e as possibilidades de conseguir efetivar ações que democratizem a comunicação.

Proposta para Oficina de Sensibilização

O CRP-12 está colaborando com o Comitê Catarinense de Democratização da Comunicação para realização de Oficina que amplie a mobilização.

Objetivos:

- sensibilizar lideranças para o tema da democratização da comunicação na sociedade catarinense;
- criar proximidade entre o CDC e entidades catarinenses;
- criar disponibilidade para projetos comuns.

"Perspectivas para a Democratização da Comunicação no Brasil"

O CRP-12, em parceria com o Sindicato dos Jornalistas de SC e com a Fecesc, organizou o debate "Perspectivas para a Democratização da Comunicação no Brasil", no dia 22 de maio, com a presença do vice-presidente da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) e presidente da Federação de Jornalistas da América Latina e Caribe (FEPAL) e da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Celso Schröder.

Com o evento, as entidades querem dar continuidade aos debates em torno da democratização da comunicação em Santa Catarina. Sindicato dos Jornalistas, FECESC e CRP-12 compõem o Comitê pela Democratização da Comunicação de Santa Catarina (CDC-SC) e pretendem discutir ações que retomem de forma mais enfática a luta pelo acesso à informação e pelo controle social da mídia.



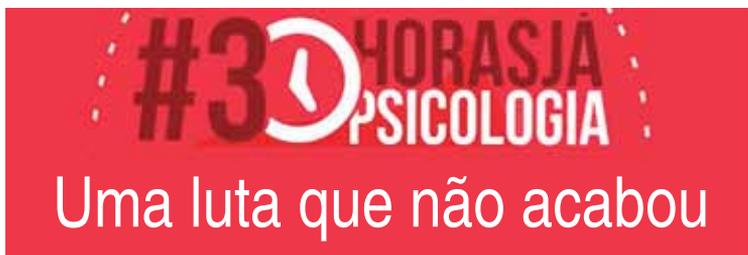
Parcerias com SinPsi-SC em prol dos profissionais

Em reunião de avaliação das ações realizadas em 2014 e formulação do planejamento desse ano, representantes do CRP-12 e do Sindicato dos Psicólogos de Santa Catarina (SinPsi-SC) definiram alguns eixos de trabalho. Confira:

EIXO ACESSO AO TRABALHO - AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE TRABALHO: Manter encaminhamento anterior para cada entidade, sendo o foco do CRP-12 o exercício profissional e garantias da qualidade ético-técnico e do sindicato a garantia dos direitos trabalhistas.

EIXO COMUNICAÇÃO : O CRP-12 fará consulta jurídica referente a possibilidade da Nota Técnica 801/2009 ferir a Resolução sobre o sigilo da identidade do profissional ao disponibilizar para o Sindicato seu cadastro dos psicólogos.

EIXO SOCIEDADE DE DIREITO: Fomentar a categoria para participação no CONTROLE SOCIAL. Propor representação colegiada ou revezamento da titularidade na representação da categoria em instâncias de Controle Social (Ex. Conselho Estadual de Saúde). A entidade titular deverá levar a pauta de ambas entidades.



Profissionais da Psicologia de todo o país se mobilizaram em torno da conquista da jornada de 30 horas semanais, proposta através do Projeto de Lei nº 3338. A jornada de 30 horas já é realidade em vários municípios brasileiros e, no caso de aprovação da Lei Federal, esta atingiria 17% do total de psicólogas(os) inscritas no Sistema Conselhos que atuam em serviços públicos de assistência social e de saúde (cerca de 250 mil profissionais).

Inicialmente aprovado pelo Senado e Câmara Federal, o PL nº 3338 sofreu veto presidencial no final de 2014. Assim, o PL voltou ao Congresso e o veto foi apreciado pelos deputados federais no dia 11 de março. Nesse dia, os 205 votos alcançados pela derrubada do veto não foram suficientes, pois seriam necessários 257 votos. Desta forma, o

PL não seguiu para o Senado e foi engavetado na Câmara.

Assim, as(os) psicólogas(os) voltam ao início da luta: reduzir a jornada de trabalho é uma medida que busca preservar a saúde física e mental e assegurar a qualidade de trabalho oferecida à população brasileira. A rotina laboral na Psicologia requer o enfrentamento de uma grande gama de conteúdos emocionais nas mais diversas áreas de atuação, o que provoca o adoecimento, que pode prejudicar os atendimentos prestados. Por isso, esta luta não terminou e gira agora em torno da articulação para desengavetar o Projeto de Lei e reapresentá-lo novamente no Congresso. O CRP-12 caminha junto nesta luta e vai continuar mobilizando as(os) profissionais, junto com o Sinpsi e Fenapsi e o Sistema Conselhos. Este debate é de todas(os).

GTCP

Saiba mais sobre o GT Interinstitucional de Concursos Públicos

O Grupo de Trabalho Interinstitucional de Concursos Públicos – GTCP, organizado e coordenado pelo CRP-12, tem como principal parceiro e articulador o SinPsi/SC.

São realizados encontros quinzenais na sede do CRP-12, para proceder análises dos editais de concursos públicos e processos seletivos que disponibilizem vagas para psicólogos no âmbito do estado e dos municípios catarinenses.

Além das reuniões, outras ações e desdobramentos são realizados como, por exemplo, as reuniões realizadas com os procuradores do Ministério Público e Tribunal de Justiça de SC, para problematizar a importância da(o) psicóloga(o) no judiciário e a necessidade de preen-

chimento das vagas existentes, assim como, o provimento de novas vagas.

Considerando que o GTCP foi planejado no sentido de contribuir para que os espaços de trabalho sejam assegurados e para a não precarização do trabalho da(o) psicóloga(o), são observados e pontuados aos gestores inadequações salariais e de carga horária proposta às(aos) profissionais de Psicologia e a importância de realização de concurso público, e são divulgadas pelas duas entidades apenas as vagas que não produzam maior precarização do trabalho. Essa atividade sistemática também instrui o GTCP materialmente para o diálogo com os gestores públicos, possibilita mostrar as fragilidades dos editais e

norteia as orientações de qualificação e adequação dos concursos.

Assim, o GTCP pretende disseminar às instituições organizadoras dos certames, as referências técnicas sobre os diferentes campos de atuação da(o) psicóloga(o), pois muitas vezes os editais apresentam conteúdo programático difuso e inadequado ao cargo que estão selecionando, ou, ainda, o que é pior, solicitam que a(o) psicóloga(o) tenha conhecimento sobre saberes e práticas de outras profissões.

As referências indicadas têm como base as publicações do Centro de Referência Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP e serão compiladas pela assistente técnica do CRP-12.

Participe, envie e-mail para que juntos possamos melhorar as condições de trabalho da(o) psicóloga(o) em Santa Catarina. O canal está aberto, estamos aguardando as suas contribuições. E-mail: gtconcursos@crpsc.org.br

Medicalização e violência na educação

Durante muitos anos a Psicologia atuou no ambiente escolar com foco nas deficiências do aluno, que era diagnosticado e depois tratado individualmente. Na década de 80 iniciaram pesquisas mais aprofundadas sobre o tema que mostraram que era preciso avaliar o contexto, as relações e o processo de ensino e aprendizagem como um todo.

Nessa entrevista exclusiva, a professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (Faced - UFBA), psicóloga Lygia de Sousa Viégas, relata essa mudança e os debates que o Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, do qual faz parte, vem promovendo em todo o país.

Qual o cenário atual sobre o tema medicalização na educação e violência?

Varia muito de estado, região e município. O que a gente vê é um crescimento exorbitante do processo de medicalização da educação no processo de escolarização, mas por isso o debate precisou ser ampliado. As coisas foram tomando proporções tão absurdas que até a dita grande imprensa já reconhece a importância dessa discussão. A gente vê um número cada vez maior de crianças sendo diagnosticadas e recebendo um rótulo patologizante da sua dificuldade no processo de escolarização, mas ao mesmo tempo que esse processo cresce, aumenta o debate sobre ele. A gente lamenta por um lado e comemora por outro.

De que forma os psicólogos poderiam ser convocados a debater esse tema?

A área de Psicologia escolar é uma área dividida. Ainda há muitos psicólogos que operam reforçando uma lógica de psicologização, patologização e medicalização do processo escolar. Tentar aproximar os psicólogos de uma formação mais crítica contemporânea no campo da Psicologia escolar, apontando pra forma de compreender o fenômeno do processo escolar e não operar com uma lógica de transformar dificuldades que se constituem num território bastante complexo da escola em dificuldades individuais não familiares.

Uma série de documentos já foram

produzidos pelo Sistema Conselhos, pelo Crepop e pelo "Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade" que vão apontar pra recomendações e práticas que não operem com a lógica medicalizante, tanto para profissionais quanto para serviços da educação e da saúde.

Sabemos que não são apenas os psicólogos escolares que recebem as demandas, que chegam no CRAS e no CAPS. É preciso reconhecer as especificidades dessas demandas da escola para poder fazer uma intervenção que não reforce o estigma do preconceito.

Esse Fórum é multiprofissional, como funciona?

O Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade é um movimento social aberto. Para ilustrar, além de psicólogos, temos fonoaudiólogos, historiadores, químicos, pedagogos, professores licenciados das mais diversas áreas, antropólogos, médicos. Temos um grupo bastante diverso que vem trazendo especificidades da sua formação, do seu olhar, para contribuir com uma compreensão do processo de medicalização da forma mais ampliada possível.

É um trabalho em rede, que vai também contar com a família, com os professores, na direção de superar essa forma de compreender os desafios que essas crianças enfrentam no processo de escolarização.

Como a Psicologia pode colaborar e evitar a prática da exclusão?

Historicamente, a Psicologia assumiu esse lugar perverso da chancela científica da incapacidade individual do aluno de aprender. A partir das contribuições da Maria Helena Souza Patto se começa a pensar no quanto esse papel da Psicologia precisava ser repensado criticamente. Então foi iniciado um exercício de autocritica e feita uma reinvenção para passar a ser ela mesma uma Psicologia crítica. Incorporamos nas nossas questões, nas nossas análises, nos nossos encaminhamentos diante dessas crianças, aquilo que a Maria Helena dizia que nós estávamos desconsiderando, o que portanto era um alvo da crítica.

Há uma deficiência na formação, O que dizer para esses educadores



Com Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (2002) e Doutorado na mesma área (2007), Lygia de Sousa Viégas atua na disseminação desse novo jeito de avaliar as escolas e políticas públicas no campo educacional.

que formam os(as) psicólogos(as)?

Isso já está sendo transformado a partir das pesquisas da Maria Helena Souza Patto, quando um conjunto de psicólogos passou a construir a Psicologia escolar em outras bases e isso vem formando novos professores que vão formar novos psicólogos. A gente ainda vive num cenário em que domina uma visão diagnóstica e clínica do fracasso escolar, mas o cenário já está menos tenebroso do que ele era na década de 80, quando Maria Helena fez sua primeira pesquisa ouvindo profissionais.

Hoje temos um grupo maior de psicólogos espalhados pelo Brasil que pensam criticamente o papel da Psicologia escolar e educacional. Mas ainda há uma forma reducionista de compreensão do fenômeno.

Em Santa Catarina tem um grupo de professores e técnicos em Psicologia escolar educacional na UFSC que tem trazido contribuições muito importantes para o país, indo além do diagnóstico e da patologização de crianças, numa direção mais complexa do fracasso escolar.

Participação no Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade - Um grupo de psicólogos de Santa Catarina tem interesse em tirar um núcleo ativo de discussões e pesquisas de enfrentamento à medicalização. Os interessados podem entrar em contato pelo email: secretaria@medicalizacao.org

Opiniões sobre medicalização e violência na educação

O tema da medicalização e violência na educação foi debatido por quem está na prática da Psicologia Educacional. Duas profissionais responderam em conjunto algumas questões. A entrevista na íntegra está no site do CRP-12 (www.crp-sc.org.br)

Camilla de Amorim Ferreira é Psicóloga Educacional no Núcleo de Desenvolvimento Infantil – NDI/CED/UFSC. Mestre em Psicologia é integrante do grupo de pesquisa Psicologia e Processos Educacionais, vinculado ao Laboratório de Psicologia Escolar e Educacional (LAPEE/CFH/UFSC) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas na Educação Infantil (GEPPEI/CED/NDI).

Juliana Silva Lopes é Psicóloga Educacional no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da USP (2006). Graduiu-se em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2001). Membro do grupo de pesquisa Psicologia e Processos Educacionais, vinculada ao Laboratório de Psicologia Escolar e Educacional (LAPEE/CFH/UFSC).

1) Como você descreve o cenário atual no que tange a temática da Medicalização da Educação e a Violência na escola?

Essa questão aborda duas temáticas relevantes e extremamente complexas no campo da educação e da psicologia escolar, atualmente. Assim, no espaço dessa entrevista, só é possível mencionar alguns dos elementos que constituem tal discussão.

Ouvimos relatos de uma realidade em que cada vez mais se buscam soluções orgânicas (medicalização) ou judiciais para dar conta de questões de outra ordem. Essa perspectiva que busca soluções rápidas e sem aprofundamento também aparece na escola. Vemos um predomínio de discussões vinculadas a questões de indisciplina dos alunos, e um distanciamento das discussões pedagógicas.

Entretanto, na educação infantil, ainda temos encontrado isto com menos

intensidade, pelo menos na realidade do NDI. Apesar de sabermos que em muitos casos já se funciona desta maneira com as crianças pequenas: caindo na culpabilização da criança e da família, sem aprofundar as questões ligadas a organização escolar. Casos de crianças com 2 ou 3 anos encaminhadas com suspeita de TDA/H apenas por serem agitadas são um exemplo desta lógica.

2) De que forma a categoria poderia ser convocada para compor o debate-ação na direção do fortalecimento de práticas coletivas que objetivassem novas saídas aos antigos “problemas de escolarização”?

Na pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFSC pela mestrande Camilla e recém-concluída foi possível ouvir outras psicólogas que atuam na educação e o relato é de um sentimento de solidão e isolamento. Pensamos que fortalecer a interlocução entre os profissionais da área seja de extrema relevância para possibilitar a criação de uma identidade profissional mais sólida. A partir desta interlocução pode-se favorecer o pensar e avaliar as próprias práticas. É importante também que as entidades que organizam a categoria estejam presentes no âmbito da discussão e das políticas públicas de educação, divulgando e esclarecendo o papel do profissional de psicologia no âmbito escolar. Para além disso, o diálogo com outras categorias profissionais que atuam diretamente com tais temáticas, buscando a construção de uma rede de discussão, apoio e intervenção.

3) Em sua experiência como tem sido o trabalho da (o) psicóloga (o) no que se refere a temática da medicalização da educação e da violência na escola, no ponto de encontro com outras áreas do conhecimento, como por exemplo, educação, fonoaudiologia, medicina entre outras, quais as limitações e as potências que você identifica?

Nos parece que na Educação Infantil algumas questões ainda não estão tão enrijecidas como no Ensino Fundamental. Claro que esta constatação

também está vinculada a concepção de criança e de educação, visto que em nossa experiência a perspectiva histórico cultural tem favorecido práticas que consideram a criança como um ser integral; mas também encontramos escolas de educação infantil onde as práticas pedagógicas já estão focadas no preparo para o vestibular, e dessa maneira os processos de medicalização estão mais presentes desde muito cedo.

4) Em sua opinião, de que forma a Psicologia poderia, efetivamente, contribuir enquanto ciência e profissão, no combate as práticas medicalizantes e de violência na escola - que de forma recorrente - contribuem com práticas de exclusão da e na escola?

Há muitos âmbitos em que essa luta pode se dar: a atuação em movimentos sociais como o Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade; a interlocução com profissionais de outras áreas expondo formas menos medicalizantes de abordar as questões escolares; como psicólogo escolar na sua prática cotidiana, problematizando a necessidade de encaminhamentos e o olhar medicalizante de professores e famílias, tentando ampliar o olhar para a multideterminação da questão apontada como problema.

5) O que você gostaria de dizer a todas (os) psicólogas (os) que atuam no campo da formação da (o) Psicóloga (o) e da atuação na educação básica?

Fortalecer redes de parceria, estar em constante reflexão sobre sua prática são ações que podem favorecer que também os psicólogos sejam mais propositivos e menos fatalistas. Estabelecer metas reais e reconhecer sua limitação é outra estratégia importante neste contexto.

Quanto à formação do futuro psicólogo, esse profissional precisa ir para o mercado de trabalho instrumentalizado para intervir nas questões educativas mas, principalmente, consciente e conhecedor de seu papel político, da concretude da existência humana, da complexidade da realidade educacional e da teia de relações que constrói a comunidade escolar.

Grupo de Trabalho sobre a prática da Psicologia na Saúde Suplementar no campo da saúde

Há avanços no tocante à presença do trabalho da(o) psicóloga(o) junto aos planos de saúde, a partir das últimas Resoluções da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, que tornaram obrigatória a Psicologia e outras profissões não médicas junto aos serviços dos planos. As Resoluções Normativas N° 82, de 2004 e N° 94, de 2005 estabeleceram o Rol de Procedimentos, referência básica de cobertura nos planos privados de assistência à saúde, bem como o programa de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças.

O Grupo de Trabalho sobre a prática da Psicologia na Saúde tem o objetivo de promover esclarecimentos e problematizações junto à

população e aos psicólogos sobre a presença de diferentes profissões da saúde no campo da saúde suplementar. Tal GT está sendo organizado por meio do Fórum de Entidades Psicologia Catarinense buscando, via representações, contribuições para o campo da saúde suplementar. Sendo interinstitucional, ele é constituído pelo SinPsi-SC e duas entidades do FEPSIC, Familiar e Instituto Granzoto.

Em face desse trabalho de articulação o GT fará encaminhamentos tais como promover orientações, por meio das diferentes entidades para categoria e sociedade; divulgar possibilidades de avanços relativos ao campo da saúde suplementar; fazer gestões junto a órgãos relacionados à saúde su-

plementar e divulgar possibilidades de relações de trabalho entre as operadoras de planos de saúde e as(os) psicólogas(os). Além disso, encontra-se prevista uma divulgação do trabalho da(o) psicóloga(o) junto aos planos de saúde.

O Grupo de Trabalho, a fim de encaminhar melhor suas atividades, trabalhará tomando como base as produções da política da profissão ao longo dos últimos anos, bem como sugestões que podem ser encaminhadas pelas(os) psicólogas(os) que trabalhem junto à saúde suplementar em Santa Catarina. O Grupo de Trabalho fica à espera de suas contribuições, que podem ser enviadas para o email da diretoria do CRP-12 (diretoria@crpsc.org.br), que participa do GT.

Um convite para a mobilização no nosso Dia em Santa Catarina

Já é tradição das entidades da Psicologia Catarinense a realização de atividades comemorativas em 27 de agosto, Dia do Psicólogo. Esta mobilização, promovida pelo CRP-12 e FEPSIC, tem se ampliado ano a ano, incluindo a participação de psicólogos e estudantes em todo o Estado.

O objetivo maior da mobilização é divulgar, junto à comunidade, a diversidade da Psicologia em suas áreas de atuação e intervenção, desenvolvidas ao longo de seus 53 anos de existência como profissão. Esta diversidade está demonstrada no vídeo informativo realizado pelo CRP-12 e FEPSIC, disponível em no link: <https://www.youtube.com/watch?v=LHeXTuhOq00> e no site do CRP-12 (www.crpsc.org.br).

As atividades realizadas nos eventos comemorativos do dia do Psicólogo também visam promover a integração entre as áreas e abordagens e a participação de profissionais e estudantes, consolidando nossa identidade profissional.

Neste ano queremos ampliar o movimento e para isso convidamos todos os colegas e instituições a participarem, organizando ações locais, com material informativo, apresentações artísticas e culturais e outras atividades de interesse local.

Venha participar!



27 de agosto
Dia do Psicólogo

Escuta de crianças e adolescentes no contexto da Justiça

Reflexões acerca do que a Psicologia pode oferecer de melhor

Em novembro de 2014, o CRP-12 realizou pesquisa junto aos psicólogos lotados no Poder Judiciário e na Polícia Civil de Santa Catarina a respeito do trabalho e a opinião destes profissionais a respeito do tema depoimento especial. Buscou-se levantar informações sobre a demanda e o trabalho realizado pelos psicólogos lotados nos referidos órgãos no tocante à investigação criminal, bem como colher suas opiniões em relação ao procedimento de depoimento especial.

A partir dos dados obtidos através do levantamento, constatou-se que o trabalho dos psicólogos vinculados ao sistema de Justiça no Estado de Santa Catarina está diretamente vinculado à identificação da ocorrência de um fato (crime) e sua autoria. Evidentemente que este dado reflete uma necessidade dos serviços a que estes profissionais estão vinculados.

Para obtenção das respostas às demandas requisitadas, os profissionais do Tribunal de Justiça e da Polícia Civil têm usado, principalmente, como recursos técnicos, a entrevista psicológica e atividades lúdicas (livres ou direcionadas). Es-

tas respostas costumam direcionar-se às autoridades (Juizes, Promotores, Delegados), por meio de documentos decorrentes de avaliação psicológica.

Há referências, ainda, do uso de recursos audiovisuais objetivando melhor “fidedignidade” de informações por alguns profissionais. Este é um recurso que pode contribuir com a segurança do psicólogo sobre sua fonte de informação. Porém ao mesmo tempo, caso seja de alguma forma anexado ao procedimento judicial, esses recursos podem desqualificar todo o trabalho e o conhecimento que a Psicologia pode contribuir na validação de dados.

Este panorama aponta duas questões fundamentais: embora a demanda solicitada ainda se aproxime bastante dos objetivos do chamado “Depoimento sem dano” ou “Depoimento especial”, há uma tentativa de aplicação de métodos e técnicas próprias da Psicologia. Destaca-se porém que nem sempre a resposta solicitada tem como ser “aferida” e respondida com fundamentos que são próprios da ciência psicológica, de modo que restringir-se à demanda judicial pode enca-



Saiba mais

O assunto está aprofundado no site do CRP-12 com a disponibilização de documentos sobre o tema Confira em: www.crpsc.org.br

minhar a um enviesamento dos conhecimentos da Psicologia.

Esta discussão se encaminha para uma produção do que a Psicologia poderia efetivamente produzir na elucidação de fatos/crimes, de modo a contribuir com o sistema de Justiça. Necessariamente esta discussão perpassa por relevantes questões éticas, antes mesmo de escolha de métodos e técnicas. Dar uma resposta diretiva à demanda da Justiça, talvez em formato de resposta a quesitos, pode até parecer colaborativa, porém em nada se identifica com um trabalho fundamentado na ciência psicológica, a qual definitivamente não trabalha com dados brutos, não refletidos.

Mesa Temática

“A relação da Psicologia com a escuta de crianças no sistema de Justiça”



Participação presencial lotou auditório do CRP-12

O Grupo Temático Psicologia e Justiça do CRP-12 realizou mesa temática no dia 29 de abril, com o tema “A relação da Psicologia com a escuta de crianças no sistema de Justiça”. O evento ocorreu no auditório do CRP-12, com a palestra da psicóloga policial Aline Pozzolo Batista. Além da participação presencial, o evento contou com os comentários e perguntas de profissionais que acompanharam a transmissão online.

O evento teve por objetivo avaliar a conjuntura referente à escuta de crianças no Sistema de Justiça naquilo que tange à Psicologia, como ciência e profissão, por meio de discussão técnica, política e ética.

Não ao capital estrangeiro no SUS

A Medida Provisória 656 (MP 656/14), aprovada no apagar das luzes de 2014 (dezembro do referido ano), que versava inicialmente sobre isenção fiscal para aerogeradores, passou a incluir por meio das emendas de deputados federais (foram acrescentados por volta de cem artigos), outros tópicos desconexos com seu conteúdo original, como a autorização para o capital estrangeiro investir na saúde brasileira. A Medida Provisória gerou protestos de diversas instituições, incluindo o Manifesto de Entidades do Movimento da Reforma Sanitária, que também se posiciona contrariamente ao investimento estrangeiro na saúde.

Mesmo diante de tanta controvérsia e protestos, a Medida foi sancionada em janeiro de 2015, por meio da Lei 13.097, que trouxe modificações à Lei 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde) e transformou a vedação constitucional em letra morta, ao admitir que o capital estrangeiro se instale em todas as áreas compreendidas pela assistência à saúde sem restrições, situação que fere a Constituição Federal de 1988. Para esclarecer esta questão é necessário atentar para o fato de a participação do capital estrangeiro ser matéria constitucional e a alteração da previsão contida na CF necessita ser con-

duzida por lei específica, e não em meio à miscelânea que caracteriza a MP 656/14. Representantes de entidades do movimento da Reforma Sanitária tiveram encontro com o ministro da Saúde Arthur Chioro, no início de fevereiro, evidenciando seu descontentamento com a medida e indicando a possibilidade de entrar na Justiça com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade.

A Lei 13.097 viabiliza a abertura total do setor de serviços de saúde ao capital estrangeiro, sem distinção entre entidades com e sem fins lucrativos, e foi aprovada sem nenhum debate nas instâncias decisórias do SUS e sem participação social. A maior preocupação dos profissionais da saúde e do Movimento da Reforma Sanitária é que a saúde acabe por se tornar uma mercadoria, o que implica na limitação do acesso a quem tem dinheiro, em sentido claramente oposto aos princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde: universalidade, integralidade e equidade.

É importante lembrar que o SUS é fruto do movimento da reforma sanitária brasileira e da luta por melhores condições de vida e saúde neste país. Suas bases foram discutidas e explicitadas na 8ª Conferência Nacional de Saúde, que contou com a participação de mais de cinco mil delegados na elaboração

de um texto, apre-

sentado posteriormente como emenda popular à Assembleia Nacional Constituinte, com mais de cem mil assinaturas de apoio. Todo este processo é colocado em cheque com a aprovação da referida Lei.

A literatura é unânime ao afirmar que o investimento estrangeiro acentua as desigualdades de acesso aos sistemas de saúde, o que no caso da sociedade brasileira, onde estas desigualdades apresentam-se de forma alarmante, evidencia um prognóstico assustador. O domínio pelo capital estrangeiro na saúde brasileira inviabiliza o projeto de um Sistema Único de Saúde e permite a apropriação do fundo público brasileiro destinado à saúde, representando mais um passo rumo à privatização e desmonte do SUS. Neste contexto cabe perguntar: a quem interessa a abertura do capital estrangeiro na saúde brasileira? Com certeza não é a população deste país! Esse é o caminho que atende apenas aos interesses do grande capital internacional em detrimento da qualidade e acesso ao Sistema Único de Saúde, já tão fragilizado.



Confira as Conferências Nacionais que ocorrerão em 2015:

controle social

participação

mobilização

- **Conferência Nacional da Criança e do Adolescente**
- www.portaisgoverno.pe.gov.br
- **I Conferência Nacional de Políticas Indigenistas**
- www.funai.gov.br
- **Conferência Nacional de Segurança Alimentar**
- www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/
- **IV Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**
- www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/conade/iv-conferencia-nacional
- **I Conferência Nacional de Turismo** - www.turismo.gov.br
- **2ª Conferência de Segurança Pública** - www.justica.gov.br/
- **4ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres**
- www.spm.gov.br
- **12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos** - www.sdh.gov.br

II Encontro Catarinense de Ensino de Psicologia

Evento ocorreu em Blumenau no dia 16 de maio

O Núcleo Catarinense da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP/SC consolidou-se em 2004, objetivando proporcionar espaços de participação para todos os envolvidos, direta ou indiretamente, na formação do(a) psicólogo(a). Desde então, a ABEP/SC promove oportunidades e organiza eventos tendo as Diretrizes Curriculares Nacionais como protagonistas de suas discussões. Compreendendo que a qualidade da formação está intimamente ligada à qualificação profissional, busca contribuir com os novos profissionais para que estes estejam mais preparados

para atuar nas demandas do mercado de trabalho. Isso sem perder de vista as mudanças decorrentes da globalização, do capitalismo, além das transformações sociais e tecnológicas ocorridas nos últimos anos. E, baseados nessas premissas, os eventos são organizados pela ABEP/SC, sempre buscando a aproximação com cada Instituição de Ensino Superior (IES) e sua realidade, criando oportunidades de diálogo.

Diante disso, organizou-se o I Encontro Catarinense de Ensino de Psicologia, em parceria da ABEP/SC com o CRP 12, em setembro de 2014, com o seguinte tema "10 Anos das Diretrizes Curriculares Nacionais de Psicologia: Conquistas e Desafios". Entre os encaminhamentos do evento, está a realização do II Encontro Catarinense de Ensino de Psicologia, que ocorreu no dia 16

de maio de 2015, em Blumenau, e teve como tema "Formação em Psicologia: como enfrentar os desafios presentes em nossos contextos?".

No diálogo com as Instituições de Ensino Superior (IES), percebemos que, embora muitos tenham sido os avanços desde a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais; coordenadores de curso, orientadores de estágio, professores e os próprios acadêmicos enfrentam muitos desafios quando o assunto são os currículos dos cursos de Psicologia presentes no Estado.

Questões como a efetividade da oferta de licenciaturas e o campo de trabalho, dificuldades vinculadas às ênfases curriculares, aos estágios obrigatórios e ao Serviço Escola são pautas recorrentes de discussão. Assim, diante da similaridade dos discursos nas reuniões de segmento realizadas no I Encontro, o evento de maio de 2015 foi pensado de maneira a tornar as IES protagonistas de suas vivências, empoderando-as para que, através da troca de experiências, os desafios encontrados nos mais diversos contextos possam ser enfrentados de maneira mais assertiva.

O II Encontro Catarinense de Ensino de Psicologia (Blumenau - SC) é o evento preparatório para o Encontro Nacional da ABEP, que terá como tema a formação em Psicologia no Brasil.



Coordenadores de curso, orientadores de estágio, professores, acadêmicos e profissionais participaram do II Encontro Catarinense de Ensino de Psicologia

Encontro Nacional da ABEP: A formação da Psicologia no Brasil

O X Encontro Nacional da ABEP será realizado nos dias 4, 5 e 6 de setembro de 2015, na UNIP (Universidade Paulista), Campus Indianópolis, São Paulo (SP). Este encontro é promovido pela Associação Brasileira de Ensino de Psicologia e terá como tema: "A Formação em Psicologia no Brasil de Hoje".

O evento tem como objetivo promover discussões sobre a formação em Psicologia, a partir da perspectiva de seus diferentes atores, que são os estudantes, professores, coordenadores de cursos de

Psicologia e psicólogos(as). Para isso, serão promovidas diversas atividades com foco nos seguintes temas: Diretrizes Curriculares e Licenciatura, participação da Psicologia em mais um ciclo de avaliação do Enade, avaliação histórica e política da formação em Psicologia, novas demandas e ampliação do campo da profissão, laicidade no ensino de Psicologia, bem como o papel da ABEP frente a essas temáticas na atual conjuntura do país.

Mais informações poderão ser acessadas em breve no site: www.abepsi.org.br

FORMATURAS - conselheiras e conselheiros do VIII Plenário do CRP-12 têm representado a entidade nas formaturas dos cursos de Psicologia no estado. Nos três primeiros meses do ano, a entidade esteve representada nas seguintes Colações de Grau:

- ♦ 24/01 - UNIVALI Camboriú - Jaira Rodrigues;
- ♦ 31/01 - UNOESC Pinhalzinho - Anderson Schuck;
- ♦ 07/02 - UNIPLAC Lages - Jaira Rodrigues;
- ♦ 15/03 - UNIVILLE Joinville - Juliane Reis;
- ♦ 21/03 - AVANTIS Camboriú - Joice Justo
- ♦ 28/03 - SOCIESC Blumenau - Jaira Rodrigues;
- ♦ 10/04 - UNIBAVE Braço do Norte - Junior Goulart

Entregas de Carteiras de Identidade Profissional são realizadas em todas as regiões do estado

A entrega da Carteira de Identidade Profissional (CIP) para as(os) novas(os) profissionais registrados se tornou também uma oportunidade para um contato mais formal com o Conselho Regional (CRP-12), isso porque a entrega vem sendo marcada em grupos e realizadas nas regiões onde as(os) mesmas(os) se formaram. Em todas as regiões há a participação de conselheiras ou conselheiros do CRP e as(os) novas(os) profissionais recebem informações sobre a atuação do Conselho e também são convidados a se engajar nas atividades e nos grupos temáticos existentes, para debater os assuntos de seu interesse dentro da atuação profissional futura.



Na sede do CRP-12, no dia 9 de janeiro, profissionais recém registrados no Conselho receberam suas CIPs



Entrega das CIPs em Blumenau, no dia 28 de março



Na sede do CRP-12, em Florianópolis, entrega das CIPs no dia 16 de abril



No dia 18 de abril foi realizada entrega das CIPs no auditório do Escritório Setorial Oeste, em Chapecó



Entrega das carterias aos profissionais da região de Caçador, no dia 18 de abril



Profissionais da região de Joaçaba que receberam suas CIPs no dia 11 de maio

CRPs prestam esclarecimentos sobre as eleições no Sistema Conselhos de Psicologia

Confira o manifesto “Transparência para informar. Informação para decidir”, assinado por 13 Conselhos Regionais, dentre eles o CRP-16, em defesa da democracia na Psicologia brasileira

Os Conselhos Regionais de Psicologia, abaixo assinados, vêm a público, em nome do compromisso com a gestão transparente e democrática do Sistema, oferecer às/ aos psicólogas/os do Brasil esclarecimentos em relação a informações e consulta online recentemente lançada pelo CFP em relação ao processo eleitoral do Sistema Conselhos de Psicologia.

Inicialmente cumpre reafirmar que o pleito realizado em 2013 se deu, pela primeira vez, por meio de votos por correspondência e votos online, como resultado de uma deliberação da APAF (Assembleia de Políticas, Administração e Finanças), envolvendo portanto todo o Sistema Conselhos de Psicologia, comprometida naquele momento com a ampliação da participação da categoria no processo eleitoral e, dessa forma, o avanço da democratização do Sistema.

Para disponibilização desse recurso, três empresas foram contratadas. A primeira desenvolveu o sistema para votação visando garantir a segurança das eleições via internet, permitindo que o eleitor votasse somente uma vez e que seu voto fosse confidencial. A segunda empresa foi responsável por realizar auditoria de todo o processo eleitoral. Já a última empresa forneceu os dados dos eleitores, de acordo com o Cadastro Nacional das(os) Psicólogas(os) do CFP.

O resultado, de imediato, apontou duas preocupações.

A primeira delas relativa a uma situação de fraude denunciada no processo de votação online. No dia 27 de agosto de 2013, o CFP recebeu a reclamação de três eleitores relatando que quando foram votar o sistema emitiu um comprovante informando que eles já haviam votado.

Imediatamente, as empresas responsáveis pelo processo iniciaram uma auditoria no sistema e identificaram a data, horário e o número do IP do computador que realizou a recuperação das senhas dos reclamantes e a realização do voto. As investigações decorrentes do fato resultaram na descoberta também de tentativa de uso de senha de outros eleitores, que não lograram êxito.

Dada a seriedade dos fatos ocorridos, foi produzido relatório detalhado e realizado registro de Boletim de Ocorrência na Polícia Federal para investigação, identificação e responsabilização dos autores desses fatos. No momento, estamos aguardando conclusão do trabalho da Polícia Federal para outras providências e para novos informes a categoria.

Todas as informações relativas a esse processo e resultantes das auditorias estão disponíveis no relatório da Comissão Nacional Eleitoral. Evidencia-se, é bom afirmar, que os fatos ocorridos não causaram impacto no resultado do pleito, não havendo qualquer suspeita em relação a possibilidade de alteração no resultado final, sendo legítimos os plênários eleitos para os Conselhos Regionais de Psicologia e para o Conselho Federal de Psicologia.

A segunda preocupação resulta do fato de que não houve crescimento, mas diminuição de psicólogas/os votantes na eleição. Em números brutos, divulgados pelo CFP, votaram em 2013 84.643 psicólogas/os, contra 74.730 em 2010. Ocorre que nesse período a categoria também cresceu e, em relação ao número de psicólogas aptas/os a votar, o resultado foi uma participação menor. Enquanto em 2010 52,92% (74.730) das/os psicólogas/os aptas/os (141.208) participaram do pleito, em 2013 essa participação foi de 46,6% (84.493 de 181.313 psicólogas/os aptas/os a votar).

Diante dessa situação, a APAF de dezembro de 2013 constituiu um Grupo de Trabalho (GT), deliberando pela elaboração de uma nota pública nacional que esclarecesse à categoria a situação de fraude identificada e as medidas tomadas, como forma de evitar a repetição do ato. Deliberou também pela realização de análises, pelo GT, que subsidiassem a decisão em relação ao próximo processo eleitoral, envolvendo segurança do sistema, análise da participação da categoria

e sua avaliação. O CFP, contudo, tem de diferentes formas criado obstáculos para o bom andamento do trabalho. O início das atividades do GT foi tardio e só se deu a partir da cobrança dos Conselhos Regionais que dele fazem parte. A agenda de reuniões previstas não foi cumprida pela entidade. O CFP não deu seguimento à publicação da nota pública elaborada pelo GT sobre a situação ocorrida. Finalmente, à revelia do GT, que só foi avisado às vésperas de seu lançamento, desconhecendo até então seu conteúdo, o CFP apresenta uma consulta online para a categoria em relação ao voto por internet.

Entendemos ser fundamental conhecer a posição da categoria, mas esgotadas as possibilidades de diálogo dentro do Sistema vimos a público colocar que entendemos que para expressar sua opinião devem as/os psicólogas/os ter as devidas informações relativas ao processo, razão pela qual aqui publicamos, com a transparência necessária, tais informações.

Entendemos também que a possibilidade de continuidade da modalidade de votação online requer que se aprimorem as análises relativas à segurança e a efetividade desse sistema, além dos mecanismos que garantam maior participação. Essa qualificação, necessária para a produção de subsídios à decisão quanto ao processo eleitoral, tem sido dificultada pelo CFP. Os Conselhos Regionais abaixo assinados seguirão, apesar disso, buscando a efetivação dessas análises para, atentos ao desejo da categoria, de um lado, e à lisura do processo eleitoral de outro, posicionar-se do melhor modo possível em relação ao próximo pleito. Qualquer que seja a modalidade a ser efetivada, nosso compromisso será com a transparência e a lisura em relação a participação da categoria nesse importante espaço de decisão.

CRP 01 – Distrito Federal

CRP 03 – Bahia

CRP 04 – Minas Gerais

CRP 05 – Rio de Janeiro

CRP 06 – São Paulo

CRP 10 – Pará, Amapá

CRP 12 – Santa Catarina

CRP 13 – Paraíba

CRP 14 – Mato Grosso do Sul

CRP 16 – Espírito Santo

CRP 17 – Rio Grande do Norte

CRP 19 – Sergipe

CRP 20 – Amazonas, Rondônia, Acre, Roraima

Concurso Público

O CRP-12 realizou concurso público para provimento de cargos de nível médio e superior para atuação na sede em Florianópolis e no escritório regional em Chapecó. O Conselho vem sendo questionado sobre salário e carga horária de psicóloga(o) assistente técnica(o). O salário inicial oferecido é de R\$ 2.500,00 mais aproximadamente 900,00 de benefícios. A definição do salário segue critérios da Lei de Responsabilidade Fiscal e estudo de mercado junto às autarquias públicas da mesma natureza. O Conselho possui também Plano de Carreira com progressão salarial.

Em relação à jornada, o posicionamento do CRP-12 é a favor das 30 horas, estamos junto da categoria lutando por esta conquista. Nossa compreensão é de que esta é uma luta e conquista de classe e que não devemos privilegiar as(os) poucas(os) psicólogas(os) da casa antes de termos este direito conquistado para todas(os). Assim que aprovada a Lei, a carga horária será adequada sem prejuízos salariais. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) também decidiu não adotar o regime de 30 horas na instância Federal, até a aprovação da Lei e reconhece a autonomia dos conselhos regionais neste tema.

Para que o CRP-12 possa cumprir sua missão de orientar, disciplinar, fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo é preciso que os profissionais paguem a anuidade em dia, podendo assim garantir o compromisso ético-político e o protagonismo social da Psicologia em Santa Catarina.

Caso algum profissional não tenha recebido o boleto da anuidade, pode imprimir a segunda via pela internet no sistema do CFP. Ressaltamos que a atualização do endereço de correspondência é de responsabilidade do profissional. Para atualizar o seu cadastro acesse <http://cadastro.cfp.org.br/atualizados/>

Para mais informações entre em contato pelos seguintes endereços:

e-mail financeiro@crpsc.org.br para débito referente à 2015 e dividativa@crpsc.org.br para débitos anteriores a 2015, ou também e pelo telefone (48) 3244-4826 ramal 220.



Novos espaços físicos para a Psicologia

A reforma da sede do CRP-12 permite que os profissionais possam usar os espaços com mais conforto, assim como pode atender com mais eficiência as necessidades das rotinas dos colaboradores do Conselho.

A casa agora possui três salas de reunião e um auditório, quais sejam:

◆ Auditório Diversidade – Auditório com capacidade de até 60 pessoas e conta com equipamento audiovisual;

◆ Sala Participação – Sala de reuniões com capacidade para seis pessoas e possui equipamento audiovisual

◆ Sala Cidadania – Sala de reuniões com capacidade para 10 pessoas;

◆ Sala Integralidade – Sala de reuniões com capacidade para 10 pessoas e possui equipamento audiovisual.



Critérios de uso dos espaços

- Os espaços podem ser utilizados por profissionais, desde que em grupos organizados ou entidades da Psicologia, devendo ser utilizados para fins voltados a coletivos de psicólogas(os). Não deve ser caracterizada a divulgação profissional ou institucional e a atividade deve ser sem fins lucrativos e a atividade deve ser solicitada à Diretoria do CRP, com antecedência, a fim de verificar disponibilidade para uso. O tema das reuniões deverá ser enviado antes para fins de aprovação e, por fim, as reuniões devem ocorrer em horário comercial de funcionamento da entidade, de segunda à sexta feira.

Ações da Comissão de Auditoria e Controle Interno

A atual composição da Comissão de Auditoria e Controle Interno (CACI) reuniu-se duas vezes até o início de maio para desempenhar as atividades de 2015, sempre nas semanas que antecederam às Reuniões Plenárias do CRP-12 dos meses de fevereiro e março, conforme acordado na última Plenária Ordinária de 2014, na qual a CACI teve ponto de pauta.

Nestas reuniões foram realizadas as seguintes ações: Solicitação de análise pela nova Assessoria Jurídica do CRP-12 acerca dos aspectos elencados na última reunião de 2014 com relação ao Acordo Coletivo de Trabalho vigente (período 2013/2014), a qual foi respondida que as bases legais definem que fiquem mantidas somente as cláusulas de natureza social, até que seja estabelecido novo acordo. Também foi analisado conjuntamente o quadro funcional atualizado do CRP-12 e a Prestação de Contas do exercício de 2014, aprovada em Assembleia Geral, sem apontamentos sobre os documentos.

Na última reunião da Comissão, na data de 6 de abril de 2015, foram solicitados esclarecimentos sobre o processamento dos pagamentos referente aos Planos de Saúde, Odontológico e Alimentação listados nos Balancetes de janeiro e fevereiro e acerca da diferença das despesas que estão registradas em fevereiro, como, por exemplo, "Condomínios e Locação de Bens Móveis e Imóveis" no item 3.3.2 e que não aparecem em janeiro. Ainda foi pedido o detalhamento dos itens que constam em ambos os Balancetes: "Restos a pagar 2014" e "Provisões para riscos trabalhistas a curto prazo".

Para a próxima reunião, prevista para maio, a CACI aguarda as respostas aos apontamentos e solicitou cópia do Orçamento 2015 para apreciação.

ESPAÇO DO/A LEITOR/A

A revista **Psicologia em movimento** quer ser um veículo de comunicação interativo e dinâmico, um canal de diálogo com as/os profissionais psicólogas/os. Para isso, convida as/os leitoras/es para participar. Envie seu comentário, sugestão de pauta ou crítica para: **comunicacao@crpsc.org.br** e seja parte da revista.

Maio

- 14** – Oficina de Orientação e Ética - Local: Unidavi - Rio do Sul
- 15** – Reunião do Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense - FEPSIC - Local: CRP-12, das 8h às 12h
- 16** – II Encontro Catarinense de Ensino de Psicologia - Local: FURB, Blumenau
- 17** – Dia Nacional de Combate a Homofobia
- 18** – Dia da Luta Antimanicomial
- 19** – Dia Mundial da Diversidade Cultural
- 22** – Debate "Perspectivas para a Democratização da Comunicação no Brasil" - Local: auditório da FE-CESC, às 10h
- 27** – Plenária Rede Vida no Trabalho - Local: Ministério Público do Trabalho, em Florianópolis

Junho

- 1** – Assembleia Fórum Estadual do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de SC - FETI/SC e Fórum Catarinense de Aprendizagem Profissional - FOCAP - Local: Ministério Público do Trabalho, em Florianópolis - Horário: das 13h30 às 16h30
- 4** – Dia Internacional das Crianças Vítimas de Agressão
- 5** – Dia Mundial do Meio Ambiente
- 11** – Fórum Estadual de Saúde do Trabalhador - FSST - Local: Ministério Público do Trabalho, em Florianópolis - Horário: das 14h às 18h
- 12** – Dia Mundial de Luta Contra o Trabalho Infantil
- 15** – Dia Mundial da Conscientização Contra o Abuso de Idosos
- 26** – Dia Internacional das Nações Unidas em Defesa às Vítimas de Tortura
- 28** – Dia Internacional do Orgulho Gay e da Consciência Homossexual

Julho

- 3** – Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial
- 6** – Assembleia Fórum Estadual do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de SC - FETI/SC e Fórum Catarinense de Aprendizagem Profissional - FOCAP
- 13** – Aniversário da Promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (13/07/1989)
- 17** – Reunião do Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense - FEPSIC



Sede do Conselho Regional de Psicologia 12ª Região: Rua Professor Bayer Filho, 110, Coqueiros, Florianópolis, SC - CEP: 88080-300 Fone/fax: (48) 3244-4826
Escritório Setorial Oeste - Ed. Lazio Executivo, Av. Porto Alegre, 427-D, Sala 802, Centro, Chapecó, SC - CEP: 89.802-130 - Fone: (49) 3304-0388 / Fax: (49) 3304-0389

e-mail: crp12@crpsc.org.br / www.crpsc.org.br / www.facebook.com/crp12sc

ISSN 2319-085X